

UNIVERSIDADE FEEVALE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

**JORGE LUÍS STOCKER JÚNIOR**

**CENTRO DE INTERPRETAÇÃO  
DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO VALE DO SINOS**

Novo Hamburgo

2014

**JORGE LUÍS STOCKER JÚNIOR**

**CENTRO DE INTERPRETAÇÃO  
DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO VALE DO SINOS**

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale.

Professores: Alessandra do Amaral Brito  
Geisa Tamara Bugs

Orientador: Ms. Suzana Vielitz de Oliveira

Novo Hamburgo  
2014

## AGRADECIMENTOS

A esposa Elis Regina Berndt pelo acompanhamento nesta trajetória. A irmã Pâmela Stocker e aos pais Angela Maria Braun e Jorge Luís Stocker pelo apoio. A avó Dorly Manoela Braun (*in memoriam*), grande incentivadora.

Aos amigos do Coletivo Consciência Coletiva pela parceria e por reforçarem diariamente o ânimo na luta pela arte, cultural e preservação do patrimônio cultural de Novo Hamburgo.

Aos amigos da Defender – Defesa Civil do Patrimônio Histórico pelas inúmeras oportunidades de crescimento e aprendizado.

Aos professores Ana Carolina Pelegrini, Bruno Cesar Eufrazio de Melo, Leandro Manenti e Rinaldo Barbosa, das disciplinas de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, com os quais reforcei a paixão pela área.

A prof. Suzana Vielitz de Oliveira pelo carinho e atenção dispensada ao longo da realização desta pesquisa.

“Constata-se hoje esse fato. A preservação dos monumentos antigos é, antes de mais, produto de uma mentalidade.”  
Françoise Choay

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	TEMA	8
2.1	Caracterização Regional e Contextualização	10
2.2	Centro de Interpretação	19
2.2.1.1	Arquitetura luso-brasileira	21
2.2.1.2	Primeiras habitações provisórias dos imigrantes	22
2.2.1.3	Habitação definitiva - enxaimel	23
2.2.1.4	Estilo eclético teuto-brasileiro	26
2.2.1.5	Arquitetura modernizante de influências diversas	31
2.3	Acervo de Plantas Arquitetônicas de Novo Hamburgo	34
3	MÉTODO DE PESQUISA	37
4	LOTE	38
4.1	Localização e análise do entorno	38
4.2	Características do lote	45
4.3	Histórico das Pré-Existências	48
4.4	Estado atual das pré-existências	54
4.5	Intervindo em ruínas	58
5	PROJETOS REFERENCIAIS	61
5.1	PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS	61
5.1.1	Centro de Interpretação do Pampa	61
5.1.2	Biblioteca Paulo Freire	66
5.2	PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS	69
5.2.1	Intermediae Matadero Madrid Arturo Franco	69

6	PROJETO PRETENDIDO _____	73
6.1	DIRETRIZES DE PROJETO _____	73
6.2	PROGRAMA DE NECESSIDADES _____	75
7	LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS _____	79
7.1	NBR 9050 – ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS _____	79
7.2	NBR 9077 – SAÍDA DE EMERGÊNCIA EM EDIFÍCIOS _____	80
7.3	NBR 12179 – TRATAMENTO ACÚSTICO EM RECINTOS FECHADOS 82	
7.4	RECOMENDAÇÃO CONARQ PARA A CONSTRUÇÃO DE ARQUIVOS 82	
	REFERÊNCIAS _____	87
	ANEXO I – Levantamento Cadastral da Pré-Existência no Lote _____	92

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho consiste na coleta de dados e informações para subsidiar o projeto de um Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural do Vale do Sinos na cidade de Novo Hamburgo, mais especificamente no Centro Histórico de Hamburgo Velho. Pretende-se justificar o tema e o local escolhido, e também apresentar informações, soluções programáticas e projetuais, diretrizes arquitetônicas e de intervenção em ruínas urbanas.

A pesquisa abordará a caracterização da região do Vale do Rio do Sinos, o acervo patrimonial disponível na região, bem como o acervo de plantas arquitetônicas de Novo Hamburgo. Ainda, analisará o lote pretendido e suas relações com o entorno, apresentando outros projetos referenciais análogos e formais, e também as normativas técnicas necessárias. Deste modo, pretende-se subsidiar através de diferentes dados o projeto do pretendido Centro de Interpretação.

## 2 TEMA

O patrimônio cultural é um campo que passa por rápidas mudanças e por uma nítida expansão – nunca se falou tanto do tema e nem houveram tantas pessoas envolvidas em atividades ligadas a ele (CASTRIOTA, 2009). O avanço do tema, para Castriota (2009), poderia ser explicado paradoxalmente como uma reação ao avanço da globalização, responsável por uma certa “padronização” do mundo, ameaçando as diferenças e tradições regionais. A degradação ou desaparecimento de um bem cultural constitui empobrecimento do patrimônio de todos os povos (UNESCO, 1972).

O conjunto dos bens integrantes do patrimônio cultural é constituído de duas categorias: os bens tangíveis e os intangíveis. Para Meira (2004), ambos podem ser entendidos como uma ponte entre passado e futuro, lembrando que as cidades decorrem de uma complexa construção histórica. A preservação do patrimônio cultural, portanto, não consiste em mera contemplação do passado. Uma vez que os bens culturais são importantes para a sociedade ou setores delas, relacionam-se diretamente com o projeto de futuro (MEIRA, 2004).

A expansão do campo do patrimônio é notável, passando, recentemente, de um discurso consolidado no sentido do “monumento histórico e artístico”, para o entendimento de um universo de “bens culturais” (CASTRIOTA, 2009). Esta expansão foi incorporada na Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).



Após algumas décadas de vigência da Constituição, aos poucos, poderes públicos e sociedade passam a perceber o dever solidário de proteção dos bens culturais e da responsabilidade de transmiti-los às futuras gerações. Mas, para que o desafio da preservação do patrimônio cultural se concretize é necessário que se alcance a plena compreensão dos princípios fundamentais que orientam a preservação. A criação de uma “consciência cultural” é condição primária para assegurar a preservação (MIRANDA, 2009).

Um dos princípios da preservação do patrimônio cultural para Miranda (2009) é o da “fruição coletiva”:

Como os bens culturais são, a toda evidência, “fontes de cultura”, o acesso ao conhecimento sobre eles deve ser assegurado à coletividade, não podendo lhes dispensar o tratamento dado aos bens não culturais (MIRANDA, 2009, p. 16).

O principal documento histórico é a própria cidade, em sua concretude e materialidade, nos traços e marcas que o tempo imprimiu ao espaço (GOMES, M. A. 2011). O pleno exercício dos direitos de cidadania relacionados ao patrimônio cultural e a sua fruição tornam-se efetivos apenas através de medidas adotadas para a identificação, pesquisa, registro, proteção, conservação e preservação dos bens, além da ampla e pública divulgação das medidas adotadas e do próprio valor cultural dos bens (MIRANDA, 2009).

A preservação do patrimônio é, ainda, um processo multifacetado. Meira (2004) coloca como grande dilema do patrimônio suas duas dimensões: a reacionária e a revolucionária. A dimensão reacionária seria aquela que busca perpetuar um passado idealizado e isento de contradições, cristalizando o passado ou criando cenários na fantasia das tradições inventadas. A segunda, revolucionária, é aquela que aqui interessa:

A dimensão revolucionária, por sua vez, funda-se na capacidade transformadora de encarar o patrimônio cultural como um patamar de referência para a transformação do presente e a construção do futuro. (...) Implica a valorização das memórias coletivas onde os cidadãos se transformam em sujeitos de uma ação coletiva (MEIRA, 2004, p. 15).

Sintonizado com esta evolução conceitual no campo do patrimônio cultural e com a sua dimensão social e transformadora, este trabalho tem como tema o projeto de um Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural do Vale do Sinos. O Centro de Interpretação pretende potencializar o reconhecimento do patrimônio cultural de toda a região através de exposição museológica, educação patrimonial, preservação e difusão de acervo. Pretende-se não apenas valorizar bens de forma isolada, mas, como expõe Castriota (2009), perceber as relações que os bens naturais e culturais nutrem entre si, valorizando o processo vital que informa as cidades, tanto nas áreas consideradas “históricas” quanto nas novas.

Neste sentido, o Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural pretende proporcionar ao visitante experiências sensoriais e estéticas na abordagem do patrimônio cultural do Vale do Sinos, reconhecendo a região na sua singularidade e diversidade sócio-cultural. Busca, assim, proporcionar um mergulho na história regional, suas paisagens, construções e memórias, propiciando um entendimento do patrimônio cultural, da sua representatividade e de suas relações e recorrências regionais.

## 2.1 Caracterização Regional e Contextualização

### 2.1.1. Delimitação da Região do Vale do Rio dos Sinos

O termo “Vale do Sinos”, redutivo de Vale do Rio dos Sinos, é frequentemente empregado na imprensa e pela população em geral. A caracterização dos limites regionais, no entanto, não é clara, uma vez que o recorte territorial não se dá puramente pelo aspecto topográfico, mas também pelas relações econômicas, organização político-administrativa e até mesmo por aspectos históricos e sócio-culturais.

Entende-se região como “um espaço geográfico funcional onde imbricam uma forma especial de reprodução de capital e, por consequência, uma forma especial de relações sociais” (REICHEL, 1995 apud MAGALHÃES, 1997). A região seria um espaço de conveniência, utilizado para reprodução das relações sociais (SANTOS, 1986 apud MAGALHÃES, 1997).

O Rio dos Sinos, que dá nome ao seu vale, tem sua nascente no município de Caraá e percorre quinze municípios até desaguar no rio Jacui em Canoas (RS). Sua

área encontra-se muito próxima à capital Porto Alegre, estando boa parte dos municípios de seu percurso situados dentro da Região Metropolitana.

Neste sentido, considerando estritamente o aspecto ambiental, seria possível considerar integrantes da região os municípios ao longo dos quais se alonga o leito do Rio dos Sinos. Desta forma, teríamos uma região compreendida pelos municípios de Caraá, Santo Antônio da Patrulha, Taquara, Parobé, Araricá, Sapiranga, Novo Hamburgo, Campo Bom, São Leopoldo, Portão, Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita, Sapucaia do Sul, Esteio e Canoas.

Esta divisão regional certamente seria insuficiente, em especial para a finalidade aqui levantada, uma vez que inclui uma série de municípios que desenvolvem poucas afinidades entre si. Mais do que o aspecto puramente topográfico, a região denominada popularmente de Vale do Rio dos Sinos abrange um conjunto de municípios com uma origem comum.

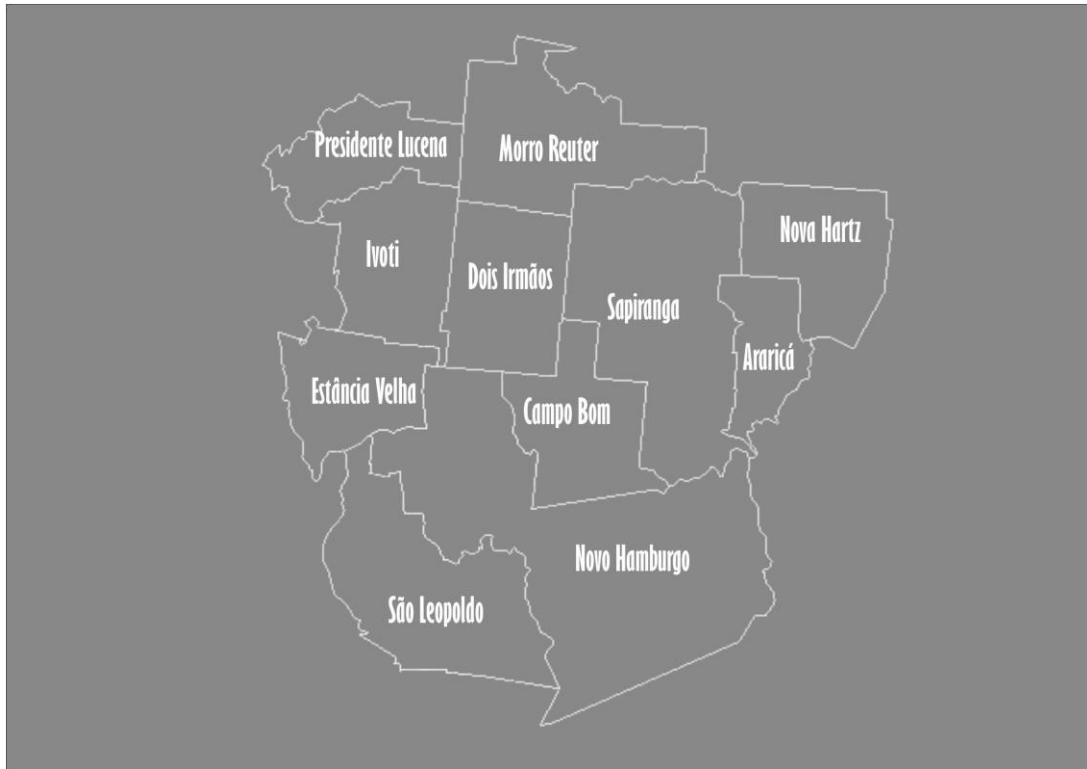
É possível reconhecer de forma empírica a existência de um núcleo de municípios que estabelecem laços sócio-culturais e se reconhecem como uma região, de certa forma centralizada pelos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo. A consolidação prática destes laços pode ser comprovada pela existência de uma associação de municípios – a AMVRS - Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos. Esta entidade congrega hoje os municípios de Araricá, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Morro Reuter, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena, São Leopoldo e Sapiranga (AMVRS, 2014).

Quando da sua formação, em 1960, a Associação já visava à construção de esforços conjuntos para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Na época, a referida associação congregava os municípios de Santo Antonio da Patrulha, Rolante, Taquara, Três Coroas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Sapucaia, Esteio e Canoas (PETRY, 1963).

Passados mais de cinquenta anos da formação da Associação, vemos que a totalidade dos municípios congregados teve uma alteração substancial: alguns municípios desenvolveram novas centralidades regionais, como Taquara (congregando os municípios adjacentes), e outros desenvolveram suas relações sócio-econômicas com outras centralidades mais próximas ou convenientes (como Canoas, Sapucaia do Sul e Esteio). No entanto, estas baixas foram compensadas pelas novas emancipações, e apesar da autonomia político administrativa adquirida,

os municípios seguem desenvolvendo relações regionais (caso de Araricá, Morro Reuter, Nova Hartz e Presidente Lucena).

**Figura 1 – Mapa dos Municípios associados a AMVRS.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Esta caracterização regional considerando dos municípios que compõe a Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos parece suficiente para os objetivos deste projeto, uma vez que congrega entes municipais que construíram, através dos tempos, relações sócio-culturais e econômicas e que associados, portanto de comum acordo, se reconhecem como uma região. A aplicação de outros critérios certamente poderia ampliar ou reduzir a área, não refletindo entretanto, os objetivos almejados de identidade histórica e representatividade sócio-cultural.

Pelos motivos elencados, neste trabalho empregar-se-á Vale do Rio dos Sinos, ou Vale do Sinos, para caracterizar a região acima exposta, congregada pela Associação dos Municípios do Vale do Rio do Sinos, considerando as afinidades sócio-culturais e econômicas que tais municípios mantém.

### 2.1.2. Formação territorial – Região e Centro Histórico de Hamburgo Velho

Considerando a finalidade da elaboração de um Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural do Vale do Sinos, entende-se necessário reconhecer o processo de formação deste território e, especialmente, do Centro Histórico de Hamburgo Velho, onde pretende-se implantá-lo. Desta forma, verifica-se a existência de um conjunto patrimonial cujo viés cognitivo possa ser unificado.

Antes da chegada do elemento europeu na região, ela já encontrava-se ocupada pelos povos indígenas. Segundo Fleck (1994) a região do Vale do Sinos era ocupada por índios da língua Gê, antecessores dos atuais Kaingang, que eram horticultores e ceramistas e viviam de caça e coleta. Posteriormente, também os Guarani estiveram aqui. Estes povos foram aos poucos se retirando para o norte, para as matas da encosta da Serra e Campos de Cima da Serra (FLECK, 1994).

A destinação de terras devolutas pertencentes ao Brasil ainda Imperial para o processo de colonização alemã deve-se não apenas a vontade de trazer colonos para ocupação destas terras, mas também ao intuito de aliciar soldados para o jovem Império Brasileiro. Os colonos propriamente ditos e os soldados recusados eram enviados para o passo do Rio dos Sinos, na antiga Feitoria do Linho Cânhamo (HUNSCHE, 1975), onde fundou-se a Colônia Alemã de São Leopoldo, com sede na cidade homônima projetada junto ao Rio dos Sinos.

O processo de demarcação e ocupação dos lotes destinados aos imigrantes alemães teve conclusão no ano de 1825, embora alguns já estivessem ocupados ainda no ano de 1824, quando aportaram os primeiros imigrantes. A distribuição latifundiária era procedida a partir das estradas, no geral sendo realizada a medição de pequenas frentes de lote, que deveriam receber medidas de fundos suficientes para perfazer a porção de terra pretendida:

No que se refere à forma como os colonos foram arranchados, ou melhor, à forma como se distribuíram os lotes, o engenheiro explicara ao presidente a razão pelas quais optou por pequenas frentes: "...o motivo de dar pequenas frentes e maiores fundos foi não só porque assim ficam mais próximas e com melhores terrenos, quais os da serra, como também por não poder me *extender* senão para elas, acomodando assim maior número de colonos nesta costa de matos e preenchendo a cada um as 160 braças quadradas (TRAMONTINI, 2000, p. 83).

Em uma elevação situada entre as áreas até então conhecidas como Costa da Serra e Estância Velha, formou-se uma situação peculiar, o cruzamento de importantes estradas primitivas: a estrada “das tropas” e a estrada “geral” (OLIVEIRA, 2009). A partir deste ponto, a distribuição dos lotes coloniais seguiu uma geometria diversa: na porção equivalente a “Costa de Serra”, no geral, os lotes se alinham perpendiculares à estrada, como aconteceu nas demais colônias; já na porção equivalente a área denominada então “Estância Velha”, ao sul, a demarcação não segue critérios pré-definidos, havendo diferentes formatos de lotes e inclusive a sobreposição de alguns lotes sobre a estrada (Figura 2).

**Figura 2 – Mapa da Colônia Alemã de São Leopoldo.**



Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Esta posição privilegiada determinou o surgimento de um pequeno núcleo colonial. O potencial da situação, no cruzamento de duas rotas comerciais já consolidadas, foi rapidamente assimilado, sendo ali construída uma “venda”, o entreposto comercial de Johann Peter Schmitt (WEIMER, 2004). No seu entorno

ocorreria a consolidação de um núcleo que ficou conhecido originalmente como “Hamburgerberg” (OLIVEIRA, 2009).

O núcleo de Hamburgerberg firmou-se como uma espécie de aldeia (Figura 3 e 4). A inexistência de um código de posturas municipais e de qualquer outro tipo de planejamento prévio determinou a ocupação de uma forma bastante orgânica, sempre vinculada ao traçado das estradas já existentes ou ao surgimento de novos caminhos de forma espontânea, seguindo a topografia (WEIMER, 2004).

**Figura 3 – Início da atual Av. Dr. Maurício Cardoso esquina com Rua Gal. Daltro Filho.**



Fonte: Acervo da Fundação Scheffel.

Num segundo momento, devido ao desenvolvimento de toda a região da Colônia Alemã de São Leopoldo, já então bastante inserida na dinâmica econômica da Província, o núcleo de Hamburgerberg passou aos poucos a caracterizar-se como uma zona urbana consolidada. As casas receberiam platibandas e as técnicas vernaculares, como o enxaimel e alvenaria de pedras, seriam aos poucos substituídas pelas construções em alvenaria de tijolos, de acordo com a evolução tecnológica e técnica da região adotando, desta forma, características de ocupação determinadas pelo Código de Posturas então vigente em São Leopoldo (PICCOLO, 1974).

A construção da primeira ferrovia no Rio Grande do Sul veio ao encontro a esta situação de prosperidade, dando ainda mais impulso ao desenvolvimento local: a *Porto Alegre and New Hamburg Railway* teve projetada como parada final uma estação situada a cerca de 3km do núcleo de Hamburgerberg (Figura 4), denominada “New Hamburg” (PETRY, 1963).

Ainda em 1875 o núcleo de Hamburgerberg é elevado a Capela Curada, sendo denominado Capela de Nossa Senhora da Piedade de Hamburgerberg, formando com as áreas contíguas o conhecido 4º Distrito de São Leopoldo (PETRY, 1944). Em seguida, no ano de 1876 seria inaugurada finalmente a estação ferroviária “New Hamburg”. A longo prazo, esta nova configuração alterou de forma significativa a dinâmica econômica e social vigente: a linha de trem passou a monopolizar as trocas comerciais, em detrimento da importância da confluência de estradas. O núcleo, desta forma, precisou se ligar de forma efetiva ao entorno da nova estação, determinando o surgimento de um importante trajeto na cidade, equivalente a atual rua General Osório. Aos poucos, o núcleo ficou conhecido como “Novo Hamburgo” e passou a centralizar boa parte das atividades econômicas, caracterizando-se assim como “centro” comercial político do núcleo.

**Figura 4 – Hamburgerberg em meados de 1900.**



Fonte: Acervo da Fundação Scheffel.



As animosidades relativas à Primeira Guerra Mundial trouxeram alguns transtornos às comunidades teuto-gaúchas, entre eles, a substituição compulsiva dos nomes que se vinculassem à cultura germânica. Por este motivo em 1918 Novo Hamburgo recebe, por determinação do Intendente de São Leopoldo, o nome de “Borges de Medeiros”. Hamburgerberg, por sua vez, considerada como um povoado a parte, recebe o nome de “Genuíno Sampaio” (MOEHLECKE, 1978). A população demonstrou resistência quanto a alteração destes nomes: em 1919 um abaixo-assinado de 74 comerciantes e industrialistas é remetido ao Conselho Municipal de São Leopoldo (MOEHLECKE, 1978).

O desenvolvimento de Novo Hamburgo (2º Distrito de São Leopoldo) era nítido, tornando inadiável o anseio de emancipação política. Após uma série de embates, a emancipação finalmente tornou-se uma realidade. Em 1927, Borges de Medeiros assinou o decreto nº 3.818, criando o município de Novo Hamburgo (GERTZ, 2002). O intendente interino, Jacob Kroeff Neto, dividiu prontamente o novo município em dois distritos: Novo Hamburgo e Hamburgo Velho (MOEHLECKE, 1978). No mesmo ano é festejada a inauguração do monumento ao centenário da imigração alemã, cuja pedra fundamental havia sido lançada em 1924, dentro do então distrito de Hamburgo Velho. A justificativa para a sua localização foi simbólica, pois situava-se no espaço que ficou difundido como o “lote nº 1” da imigração alemã na cidade, pertencente ao imigrante Libório Mentz.

Em 1929 o novo município de Novo Hamburgo adotaria seu primeiro Código de Posturas Municipais, que visava “organizar os projetos e planos de construções de acordo com os ensinamentos da técnica moderna” (SELBACH, 2006). A industrialização intensificou-se ainda mais a partir da emancipação, fortalecendo também o comércio. A atividade industrial era bastante diversificada, atendendo não apenas ao setor coureiro-calçadista, mas também contando com indústrias de utilitários, metalurgia, mobiliário e matérias-primas para construção civil, entre outros. Este processo de crescimento foi protagonizado pelo atual centro da cidade, e foi sendo ampliado de forma desordenada através dos bairros periféricos que surgiram conforme a demanda (SEDRUOP-RS, 1987).

A inauguração da Rodovia Getúlio Vargas, atual BR-116, em 1942 (SEDRUOP-RS, 1987), consolida a importância do centro de Novo Hamburgo, em detrimento a Hamburgo Velho. Pode-se dizer que a esta época o bairro Hamburgo

Velho já se caracterizava como um espaço peculiar da cidade (Figura 5), como percebe-se nos escritos de um cronista:

Sendo Hamburgo Velho um fragmento é, na verdade, o ancestral de Novo Hamburgo: foi ali naquele “Morro dos Hamburgueses” que nasceu a gloriosa tradição desta cidade trabalhadora que hoje é um marco indelével no progresso do país (...) o aspecto tradicional do nosso município espalha-se nas encostas ondulantes de paisagens poéticas daquele recanto, onde os habitantes são quase sempre os mesmos, discutindo os mesmos problemas. (ROSA, 1947, *apud* SELBACH, 2009, p. 29.)

O setor coureiro-calçadista, ao tomar o direcionamento de exportações para o mercado externo a partir do final da década de 1940 (SELBACH, 2009), sobrepôs em importância as demais atividades industriais, tomando proporções vultuosas e determinando uma crescente expansão da malha urbana do município.

**Figura 5 – Hamburgo Velho em meados de 1981.**



Fonte: Acervo digital de Gilberto Winter.

Atualmente, o município tem 238.940 habitantes distribuídos numa área de 223,821m<sup>2</sup>. Tem um PIB *per capita* de R\$ 23.009,67; IDH de 0,809 e economia fundamentada em comércio e prestação de serviços.

## 2.2 Centro de Interpretação

Uma vez que o objetivo do projeto pretendido é a valorização do patrimônio cultural da região do Vale do Sinos, busca-se formular uma proposta que seja capaz de ter a abrangência que o tema necessita. Neste sentido, optou-se por uma proposta ampla, que contemplasse as funções de abrigar um acervo de plantas arquitetônicas (que será apresentado no capítulo 3.2), espaços de visitação pública com fins de memorial e museu para exposições temporárias acerca do patrimônio cultural regional; bem como, espaços para desenvolvimento de atividades de educação patrimonial e para capacitação profissional.

### 2.2.1. Patrimônio Cultural Regional

Verificou-se anteriormente que a região conhecida como Vale do Sinos compreende, basicamente, a região inicial da Colônia Alemã de São Leopoldo, empreendimento de iniciativa pública, e suas adjacências colonizadas através de companhias colonizadoras privadas. Identificar, compreender e difundir informações a respeito do acervo patrimonial regional é um dos objetivos do projeto pretendido, pois:

Como os bens culturais são, a toda evidência, “fontes de cultura” o acesso a eles deve, sempre que possível, ser assegurado a coletividade em geral (ou seja: a todos, na exata dicção constitucional), seja por meio do direito de visita ou do direito à informação (MIRANDA e RODRIGUES, 2012, p. 182).

Desta forma, entende-se que o Centro de Interpretação possa valorizar a própria “fonte de cultura”, que são os bens integrantes do patrimônio cultural regional, como propiciar o direito à informação.

Quando aborda-se o “patrimônio cultural do Vale do Sinos”, fala-se de um acervo que certamente existe, mas cujo conhecimento ainda é praticamente empírico. O instrumento utilizado para identificação dos bens culturais materiais é o inventário de identificação, que registra e seleciona valores para preservação, refletindo ainda, alternativas para a sua manutenção (MOTTA e SILVA, 1998). Buscou-se fontes documentais junto ao acervo do IPHAE-RS a respeito dos inventários ou

levantamentos realizados nestes municípios. Encontrou-se, assim, os dados demonstrados no Quadro 1.

**Quadro 1** – Levantamento de informações - regional

	Inventário			Tombamento		
	Ano (último)	Recorte	Situação legal	Municipal	Estadual	Nacional
Araricá	—	—	—	0	0	0
Dois Irmãos	2008	temático	—	22	3	0
Estância Velha	2011	temático	—	0	0	0
Ivoti	2011	temático	—	8	2	1
Morro Reuter	2011	temático	—	0	0	0
Nova Hartz	1991	Municipal	Plano Diretor	1	0	0
Novo Hamburgo	2012	Sítio histórico	—	7	0	1
Presidente Lucena	2014	Parcial	—	0	0	0
Sapiranga	1995	Municipal	—	1	0	0
São Leopoldo	2011	Área central	Lei Municipal	1	5	0
Campo Bom	1994	Municipal	—	0	0	0

Fonte: Dados obtidos em pesquisa ao acervo do IPHAE-RS. Autor, 2014.

Quanto aos inventários existentes, verifica-se que Araricá é o único dos municípios da região que não dispõe de nenhum levantamento oficializado. Nova Hartz, Campo Bom e Sapiranga contam com antigos levantamentos da década de 1990. Nos demais municípios, há inventários recentes, nenhum deles com abrangência municipal: há inventários temáticos encomendados pelo IPHAN (IPHAN, 2010) ou inventários parciais que abrangem determinados sítios históricos, como os realizados em Novo Hamburgo e São Leopoldo. A exceção é Presidente Lucena, que teve um levantamento de abrangência municipal recente realizado em convênio com o IPHAE-RS. No entanto, este levantamento traz apenas vinte edificações sem um critério seletivo claro e, portanto, não abrange todo o município, classificando-se como parcial<sup>1</sup>. Sendo assim, nenhum dos municípios da região tem um inventário completo e de abrangência municipal atualizado.

Além dos levantamentos, verificou-se de que forma eles foram inseridos na legislação municipal como ferramenta efetiva de preservação. De todos os municípios analisados, apenas dois consideram aspectos legais: São Leopoldo, que cita o levantamento em Lei Municipal (PMSL, 2012); e Nova Hartz, que tem as edificações

<sup>1</sup> SCHNEIDER (2014). Aparentemente este estudo partiu da premissa de inventariar apenas 20 edificações para fins de publicação.

inventariadas mapeadas e alguns dispositivos de proteção junto ao Plano Diretor. Os demais municípios não tem legislação de proteção aos bens inventariados.

Quanto aos tombamentos já realizados a nível municipal, destaca-se o município de Dois Irmãos com mais de duas dezenas de bens protegidos (FERNANDES, 2004). Ivoti e Novo Hamburgo também protegem algumas edificações com tombamento municipal, ao passo que Sapiranga, Nova Hartz e São Leopoldo protegem apenas uma edificação. Os demais municípios não possuem tombamentos.

A presença dos órgãos de preservação nacional e estadual ainda é tímida: destaca-se São Leopoldo com cinco bens tombados pelo Estado, seguido por Dois Irmãos (03) e Ivoti (02). O IPHAN tem na região apenas dois bens tombados, sendo eles a Casa Schmitt Presser, de Novo Hamburgo, e a Ponte do Imperador, de Ivoti. É importante destacar que existem processos de tombamento em aberto, que podem ou não ser efetivados, relativos ao Centro Histórico de Hamburgo Velho (IPHAN) e Corredor Cultural de Novo Hamburgo (IPHAE).

Com base no histórico pesquisado, e nos inventários pré-existentes disponibilizados, traçou-se um pequeno panorama da arquitetura praticada na região desde sua ocupação pelo elemento europeu, acompanhando as inúmeras modificações através dos tempos, advindas das transformações técnicas, econômicas e sociais. Trata-se de um recorte simplificado, apenas para fins demonstrativos do potencial do patrimônio cultural regional, sendo possível descrevê-lo através de outros recortes.

#### 2.2.1.1 Arquitetura luso-brasileira

O elemento luso-brasileiro ocupa a região anteriormente à chegada dos imigrantes, através do modelo de distribuição de sesmarias ou de projetos imperiais como a Real Feitoria do Linho Cânhamo. Poucos vestígios restam desta ocupação sendo, no entanto, possível afirmar que seguiam o padrão construtivo conhecido deste tipo de arquitetura:

(os modelos construtivos) [...] que se fizeram no Brasil no século XIX e do começo do século XX [...] são bastante homogêneos, e funcionaram, como a observação mais simples pode constatar, dentro de um sistema construtivo e de um código de formas que se encontram em todo País (LIMA, 2001, p. 09).

Além disso, a presença da cultura construtiva luso-brasileira é recorrente na arquitetura posterior, e inclusive em alguns casos mistura-se com a técnica enxaimel (WEIMER, 2005).

#### 2.2.1.2 Primeiras habitações provisórias dos imigrantes

As primeiras habitações construídas pelos imigrantes foram bastante precárias e provisórias. Eram simples ranchos destinados a abrigar a família durante a etapa de limpeza do terreno. Nestas construções rudimentares, teriam sido empregadas taquaras ou madeira de pau a pique, com cobertura vegetal de folhas (WEIMER, 2005).

Desta arquitetura, bastante efêmera, não chegou até nossos dias nenhum exemplar, embora seja minimamente conhecida através de descrições, gravuras e fotografias de exemplares semelhantes nas colônias mais recentes (Figura 6). Superada esta etapa inicial de limpeza do lote e início do aproveitamento agrícola das terras, finalmente apareceram as moradias definitivas.

**Figura 6 – Rancho Primitivo de Colono Alemão em Blumenau.**



Fonte: FCB (2014)

### 2.2.1.3 Habitação definitiva - enxaimel

Muitos dos imigrantes construíram suas casas aplicando conhecimentos relativos à técnica enxaimel (*fachwerk*), devidamente adaptados aos materiais disponíveis no local. Segundo Weimer (2005) o imigrante trouxe em sua bagagem cultural a técnica enxaimel, sendo esta essencialmente germânica. Por contingências ambientais e existenciais, o enxaimel teve de ser recriado e por isso ele é considerado totalmente brasileiro em sua expressão (WEIMER, 2005).

O que melhor parece explicar o uso desta técnica é a irrelevância da cultura construtiva pré-existente frente a nova demanda, a ausência do comércio de materiais de construção, bem como a escassez de mão de obra. Enquanto as olarias eram raras e os materiais construtivos difíceis de encontrar ou com preços impraticáveis para os colonos recém estabelecidos, a madeira - praticamente único material necessário para uma construção enxaimel - podia ser encontrada nos próprios lotes (COPSTEIN, 1965).

Na região, ainda é possível encontrar exemplares de enxaimel em Araricá, Dois Irmãos, Estância Velha, Ivoti, Morro Reuter, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Presidente Lucena e Sapiranga. Em São Leopoldo e Campo Bom<sup>2</sup> não existem exemplares conhecidos remanescentes desta técnica.

O levantamento fotográfico a seguir (Figura 7 -Figura 15) aborda de forma breve um pouco desta diversidade regional, demonstrando um exemplar por município. Algumas destas edificações já são reconhecidas por inventários antigos, por tombamentos municipais ou mesmo como atrativos turísticos, mas grande parte delas ainda carece de maiores estudos. Por este motivo é impossível, hoje, quantificar de forma exata as edificações enxaimel existente nestes municípios.

---

<sup>2</sup> O Inventário do Patrimônio Cultural de Campo Bom, datado de 1994, foi verificado e ainda traz duas edificações enxaimel. Estas, porém, encontram-se hoje já demolidas.

**Figura 7 – Última casa enxaimel de Araricá (RS).**



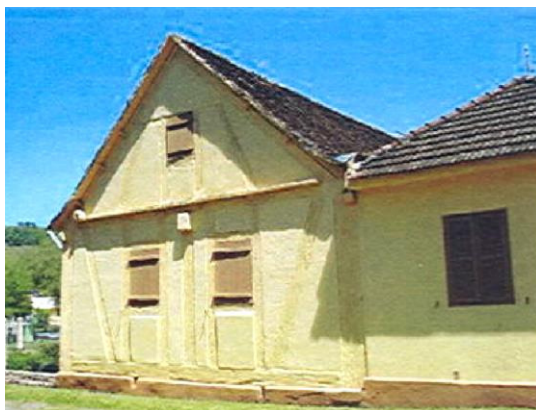
Fonte: Prefeitura Municipal de Araricá, 2004.

**Figura 8 – Casa Kieling – tombada pelo município de Dois Irmãos (RS).**



Fonte: Autor, 2006.

**Figura 9 – Casa Koch – inventariada pelo IPHAN em Estância Velha (RS).**



Fonte: IPHAN (2008)



**Figura 10 – Salão Holler – tombado pelo IPHAE-RS em Ivoti (RS).**



Fonte: Fonte: Autor, 2007.

**Figura 11 – Salão Klauck – atrativo turístico de Picada São Paulo em Morro Reuter (RS).**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 12 – Atafona Henkel – atrativo turístico do roteiro Roda D'água em Nova Hartz (RS).**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 13 – Casa Kaiser, recentemente descaracterizada, integra sítio em processo de tombamento pelo IPHAN em Hamburgo Velho, Novo Hamburgo (RS).**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 14 – Salão Prass – recentemente inventariado pelo IPHAE-RS em Picada Schneider, Presidente Lucena (RS).**



Fonte: Autor, 2009.

**Figura 15 – Casa Schmidt, conhecida como “Casa Tombada”, tombada pelo município de Sapiranga (RS).**



3 Fonte: Autor, 2014.

### 3.1.1.1 Estilo eclético teuto-brasileiro

A segunda fase mais característica da arquitetura regional veio com o desenvolvimento econômico da região e chegada da linha férrea, em meados do começo do século XX. A evolução da técnica construtiva se deu com a adoção da construção de paredes autoportantes de alvenaria, ainda rejuntado com argamassa composta com barro, e foi possibilitada pela proliferação de olarias na região (COPSTEIN, 1965).

A principal tipologia residencial deste período é conhecida como “frontão recortado” (PMCB, 1997). Estas casas caracterizam-se pela cobertura bastante inclinada, com duas águas simétricas, havendo consequente aproveitamento do espaço sob a cobertura na forma de sótão. Este era, na maioria dos casos, dotado de janela, situada ao centro do oitão. A fachada principal, construída normalmente no alinhamento, é a menor (a que apresenta o oitão) – ao contrário do característico na tradição construtiva luso-brasileira.

A data de aparecimento dos primeiros exemplares nos dá pistas sobre sua origem. Estas casas se tornaram comuns na década de 1910, mas seriam realmente difundidas na região a partir das décadas de 1920 a 1930, quando se tornaram uma espécie de padrão (ROCHE, 1969). Este intervalo coincide com o período de maior difusão dos ideais *pangermanistas*<sup>3</sup> e da cultura dita teuto-brasileira, e parece tratar-se de um modelo projetado e influenciado pela arquitetura erudita dos profissionais alemães, em um período de reafirmação da identidade germânica. De fato é na década de 1920 que acontece a produção mais significativa da arquitetura teuto-brasileira erudita (WEIMER, 2004).

Na arquitetura civil pública, algumas edificações repetem o padrão compositivo do frontão recortado, outras demonstram características do barroco alemão em meio à linguagem eclética. Surgem obras públicas, em especial escolas. É marcante também a presença de igrejas neogóticas, tanto luteranas quanto católicas. O levantamento fotográfico (Figuras 16 a 26) a seguir demonstra de forma ilustrativa um exemplar por município.

---

<sup>3</sup> Eram objetivos da Liga Pan Germânica, segundo WEIMER (2004): “A - Do despertar da consciência nacionalista alemã e, portanto, contra o desenvolvimento de nacionalismos dos países de adoção; B – do apoio à educação dentro do espírito do nacionalismo alemão; C – Da proteção dos interesses dos alemães residentes em outros países e D – da luta pela manutenção das peculiaridades culturais dos alemães em todo o mundo, como parte da política colonialista.

**Figura 16 – Igreja luterana de Araricá (RS).**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 17 – Casa Soine – exemplar de frontão recortado tombado pelo município de Dois Irmãos (RS).**



Fonte: Autor, 2009.

**Figura 18 – Casa eclética no centro de Estância Velha (RS).**



Fonte: Autor, 2012.

**Figura 19 – Biblioteca Municipal – tombada pelo município de Ivoti (RS).**



Fonte: Autor, 2007.

**Figura 20 – Sobrado histórico em Morro Reuter (RS).**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 21 – Casa de frontão recortado inventariada em Campo Vicente, Nova Hartz (RS).**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 22 – Faculdade EST – Projeto de Theo Wiederspahn tombado pelo IPHAE-RS em São Leopoldo (RS).**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 23 – Casa Deuner – Casa de frontão recortado inventariada em Campo Bom (RS).**



Fonte: Autor, 2012.

**Figura 24 – Casa Schaeffer, casarão eclético inventariado em Sapiranga (RS).**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 25 – Casas de frontão recortado na rua Marcílio Dias, Novo Hamburgo (RS).**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 26 – Casa Erhart – recentemente inventariado pelo IPHAE-RS em Picada Schneider, Presidente Lucena (RS).**



Fonte: Autor, 2009.

### 3.1.1.2 Arquitetura modernizante de influências diversas

Com as intensas campanhas de nacionalização a partir do Estado Novo e o desenvolvimento econômico da região, os períodos posteriores da arquitetura local se aproximaram, cada vez mais, da produção nacional e mesmo da internacional vigente.

Na arquitetura residencial, em oposição às edificações anteriormente construídas junto ao alinhamento, surgem os *bungalows*<sup>4</sup> baseados na arquitetura dos

<sup>4</sup> A definição de bungalow pode ser encontrada no *The Bungalow Book* de 1910: “O bungalow californiano (...) é um descendente direto das construções pioneiras da arquitetura na Califórnia. Certamente pode-se encontrar os traços de suas simples linhas artísticas voltando direto às antigas missões dos padres espanhóis, com seus beirais, largas varandas e o ar de hospitalidade e aconchego

subúrbios norte-americanos, expressando os mais diversos estilos e sub-estilos, com predominância do neo-colonial espanhol (aqui difundido como “mexicano”). Também marcam esta mudança o surgimento de edificações públicas e privadas com influências do estilo Art Déco.

Posteriormente, reflete-se na região o panorama nacional, em que se consolida a hegemonia da arquitetura moderna, não apenas em exemplares genuínos, mas também tendo as formas apropriadas por construtores populares e mesmo pelo mercado imobiliário (SEGAWA, 1999).

O levantamento fotográfico a seguir (Figuras 27 a 31) demonstra alguns exemplares relevantes, sem objetivo de esgotar o tema, buscando apenas proporcionar um panorama geral do potencial do acervo patrimonial existente relativo a este período.

**Figura 27 – Museu Municipal, construção “bungalow” de Nova Hartz (RS).**



Fonte: Autor, 2011.

---

das casas de adobe dos pioneiros. (...) Hoje nós temos o bungalow perfeito, uma bela casa por dentro e por fora, a própria personificação do lar acolhedor e confortável, econômico (...) facilmente adaptável a qualquer localização, seja nas montanhas, planaltos ou vales, ou nas ruas estreitas das cidades, ou nas amplas avenidas sombreadas da cidade.” WILSON (1910). Tradução livre do autor.



**Figura 28 – Antiga Casa Mena - exemplar modernista em São Leopoldo (RS).**



Fonte: Autor, 2012.

**Figura 29 – Igreja Santa Terezinha – exemplar modernista em Campo Bom (RS).**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 30 – Antigo Bar Maracanã, exemplar protomoderno – Art Déco em Hamburgo Velho, Novo Hamburgo (RS).**



Fonte: Autor, 2012.

**Figura 31 – Previdência Social – Arquitetura modernista em Sapiranga (RS).**



Fonte: Autor, 2012.

### 3.2 Acervo de Plantas Arquitetônicas de Novo Hamburgo

Para garantir o exercício do direito à memória é indispensável a existência de arquivos públicos, conservados e organizados de forma a criar condições de consulta. (MIRANDA, 2006). Os acervos de projetos arquitetônicos tem sido cada vez mais valorizados, pois possibilitam uma nova leitura da trajetória da arquitetura brasileira, frente a uma historiografia brasileira marcada por forte viés ideológico. A consciência sobre o valor documental destes acervos é recente, e portanto ainda carecem de tutela específica. Estão em sua maior parte inacessíveis a pesquisadores e usuários comuns, sendo pouco utilizados (CASTRIOTA, 2011).

Pretende-se que o Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural do Vale do Sinos abrigue e potencialize o Acervo de Plantas Arquitetônicas da Aprovação de Projetos do Município de Novo Hamburgo, hoje sob a tutela da Fundação Scheffel. O acervo consiste em mais de vinte mil projetos aprovados pela prefeitura Municipal de Novo Hamburgo no período compreendido entre as décadas de 1930-1980<sup>5</sup>. Estes projetos representam boa parte da produção arquitetônica local e são fonte primária

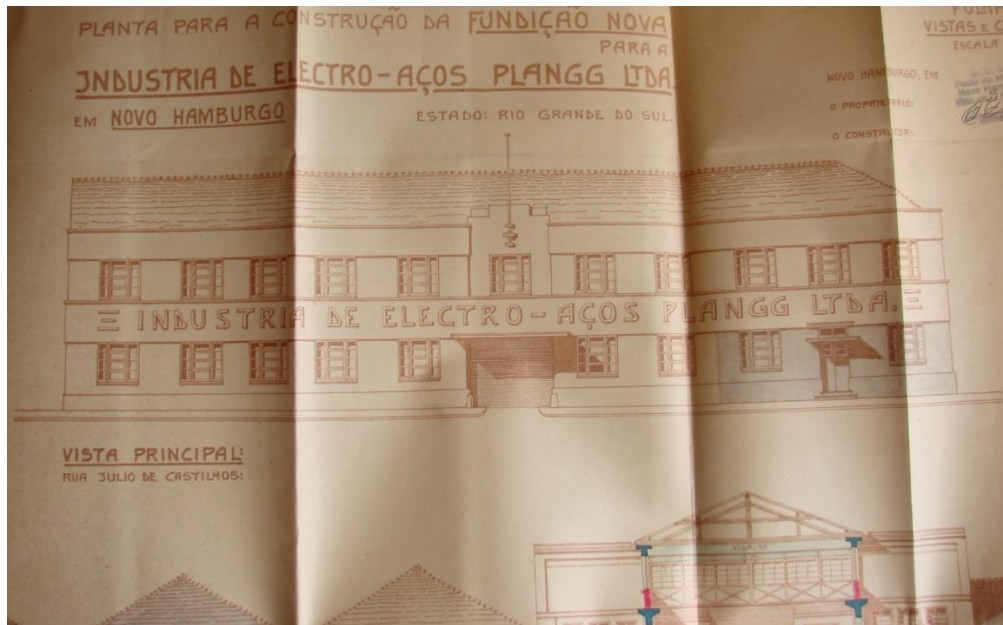
---

<sup>5</sup> Todas as informações a respeito do acervo foram prestadas pelo Curador da Fundação Scheffel, Angelo Reinheimer, em entrevista oral concedida ao autor no dia 07/10/2014.

para o melhor entendimento do patrimônio cultural de toda região, uma vez que boa parte dos demais acervos se perderam<sup>6</sup>.

Este conjunto de projetos foi resgatado pela Fundação Scheffel no início dos anos 2000. Encontrava-se abandonado e com acondicionamento precário no sótão da antiga Prefeitura Municipal, local de difícil acesso. O material foi cuidadosamente higienizado e organizado, estando disponível para consulta (Figura 32).

**Figura 32 – Projeto do Acervo de Plantas Arquitetônicas de Novo Hamburgo.**



Fonte: Acervo da Fundação Scheffel.

Estima-se uma média mensal de dez visitantes ao acervo, com as mais variadas finalidades (pesquisa acadêmica, consulta dos projetos antigos para aprovação de novos projetos, etc.). O espaço ocupado pelo acervo hoje, no terceiro pavimento da Fundação Scheffel, tem cerca de 25m<sup>2</sup>, não havendo salas especiais para os processos de restauração ou mesmo para a consulta deste acervo.

Castriota (2011) discorre sobre uma das principais transformações da contemporaneidade em relação aos acervos de arquitetura:

Nos últimos anos (...) as modernas tecnologias de controle e recuperação da informação parecem trazer uma nova luz a esta questão, na medida em que,

<sup>6</sup> Os municípios da região pertenciam, antes das emancipações, a São Leopoldo, que centralizava a aprovação de projetos. Há notícias de que o acervo de plantas daquela municipalidade – incluindo as aprovações de projetos dos seus antigos distritos - parece ter sido perdido em alguma grande enchente.

com o advento da informática, a visão de arquivo como instituição de guarda de documentos vem sendo crescentemente substituída por aquela que o situa enquanto gestor de sistemas de informação, integrado a outros sistemas com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações demandadas. Ou seja, o eixo vem sendo deslocado gradativamente da questão da guarda para a do acesso. (CASTRIOTA, 2011, p. 17)

Esta perspectiva de facilitar o acesso ao acervo e, principalmente, às informações nele contidas, vem ao encontro da proposta de um Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural. Além de propiciar condições para que a sociedade possa constituir e reforçar sua identidade cultural (MIRANDA, 2006), acredita-se que a trajetória da arquitetura regional poderá ser melhor entendida e valorizada conquanto o acervo seja exaustivamente explorado e fruído pelo público, inclusive o cidadão comum.

Segundo M. C. Gomes (2011), a tradição arquivística é de que a instituição seria responsável apenas pela guarda do acervo, ficando a atribuição de sentidos a cargo do público pesquisador. Para ela, no entanto, a necessidade atual de oferecer bases eletrônicas e informações específicas ao público acaba determinando a intervenção na produção de informações (GOMES, M. C. 2011).

Os projetos arquitetônicos são registros importantes das técnicas construtivas e da evolução da linguagem arquitetônica. Conforme M. C. Gomes (2011), a documentação relativa a arquitetura residencial permite o entendimento das diferentes formas de morar de cada época, identificando os códigos e elementos simbólicos do espaço urbano, da vida privada e cotidiana. Já os projetos de uso coletivo destacam-se normalmente pela maior expressão artística e arquitetônica.

Entende-se que acondicionar da melhor forma possível este acervo e potencializar seu uso através de estudos, exposições temáticas temporárias e contextualização regional reforçariam a missão institucional do Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural do Vale do Sinos. As condições requeridas para a conservação do acervo serão tratadas no capítulo 8.4.

## 4 MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida através de consulta a bibliografia, de estudos de caso, de coleta de dados em acervos e entrevista oral qualitativa, realizadas entre agosto e novembro de 2014, durante a Disciplina de Pesquisa do Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Feevale.

O estudo iniciou com a pesquisa bibliográfica referente aos conceitos atuais do campo do patrimônio cultural, desenvolvida no capítulo 2, e também ao histórico da região, em especial focando o município de Novo Hamburgo, desenvolvido no capítulo 2.1. Os dados foram complementados e ilustrados com fontes documentais, obtidas nos acervos da Fundação Scheffel e do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Realizou-se, então, um levantamento dos Inventários de Patrimônio Cultural existentes na região, através de visita à sede do IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul. Obteve-se, assim, todas as cópias destes levantamentos já existentes, que subsidiaram levantamentos fotográficos in loco nos municípios da região. O resultado foi tabulado no capítulo 2.2.1.

Com a definição do lote de intervenção, realizou-se uma entrevista oral qualitativa com o curador da Fundação Scheffel, Ângelo Reinheimer, uma vez que este residiu na edificação hoje arruinada ainda existente no local. Também foram obtidos dados da visita do acervo de plantas arquitetônicas e da Casa Schmitt-Presser, sob tutela do mesmo curador. A entrevista foi realizada no dia 07/10/2014 e subsidiou os capítulos 2.3 e 4.3.

Passou-se, então, para a análise do lote pretendido através de visitas técnicas ao local, sendo realizado levantamento fotográfico e o levantamento métrico cadastral para registro do aspecto atual da pré-existência. Realizaram análises de conforto ambiental através de carta solar e consultas ao regime urbanístico. Neste ponto, voltou-se a revisão bibliográfica para buscar orientações acerca de intervenção em ruínas patrimoniais. Todos estes dados compuseram o capítulo 4 e o anexo I.

Da mesma forma, buscou-se projetos referenciais análogos e formais que dessem conta deste mesmo tipo de intervenção (Capítulo 5), e analisou-se a legislação e recomendações pertinentes (Capítulo 7). As diretrizes do projeto pretendido e o respectivo programa de necessidades foram construídos a partir do conjunto de dados levantados e figuram no capítulo 6.

## 5 LOTE

### 5.1 Localização e análise do entorno

O lote pretendido situa-se no bairro Hamburgo Velho, município de Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul (Figura 33).

**Figura 33 – Localização do lote.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

O acesso externo à cidade é realizado a partir da RS-239. Esta rodovia estadual conecta-se com a BR-116, principal via de acesso a partir da capital Porto Alegre. É também a rodovia utilizada para acesso ao principal destino turístico no Rio Grande do Sul, a Serra Gaúcha, em especial os municípios de Gramado e Canela. A partir da RS-239, é possível chegar ao local proposto com um simples trajeto, utilizando a saída do viaduto existente junto ao bairro São José.

O bairro Hamburgo Velho é servido por linhas de ônibus que conectam com outros bairros da cidade e com o centro; bem como a Estação Novo Hamburgo do trem metropolitano Trensurb. Há, ainda, fluxo de linhas intermunicipais de Campo Bom, Sapiranga, Taquara e São Leopoldo.

Analisando os usos do entorno, verifica-se a predominância de uso comercial, em especial nas vias principais (Ruas General Daltro Filho, General Osório e Av. Dr. Maurício Cardoso). O uso residencial aparece de forma expressiva nas vias perpendiculares às principais, como o caso das Ruas Piratini e Ribeiro de Almeida. O uso industrial, outrora característico do município, ainda subsiste com algumas pequenas plantas industriais. O uso institucional é bastante característico do bairro, que conta com grande quantidade de serviços públicos (como o prédio do SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde, as igrejas e instituições de ensino, como a Escola Evangélica Pindorama). O mapeamento pode ser conferido na Figura 34.

**Figura 34 – Mapa de usos.**

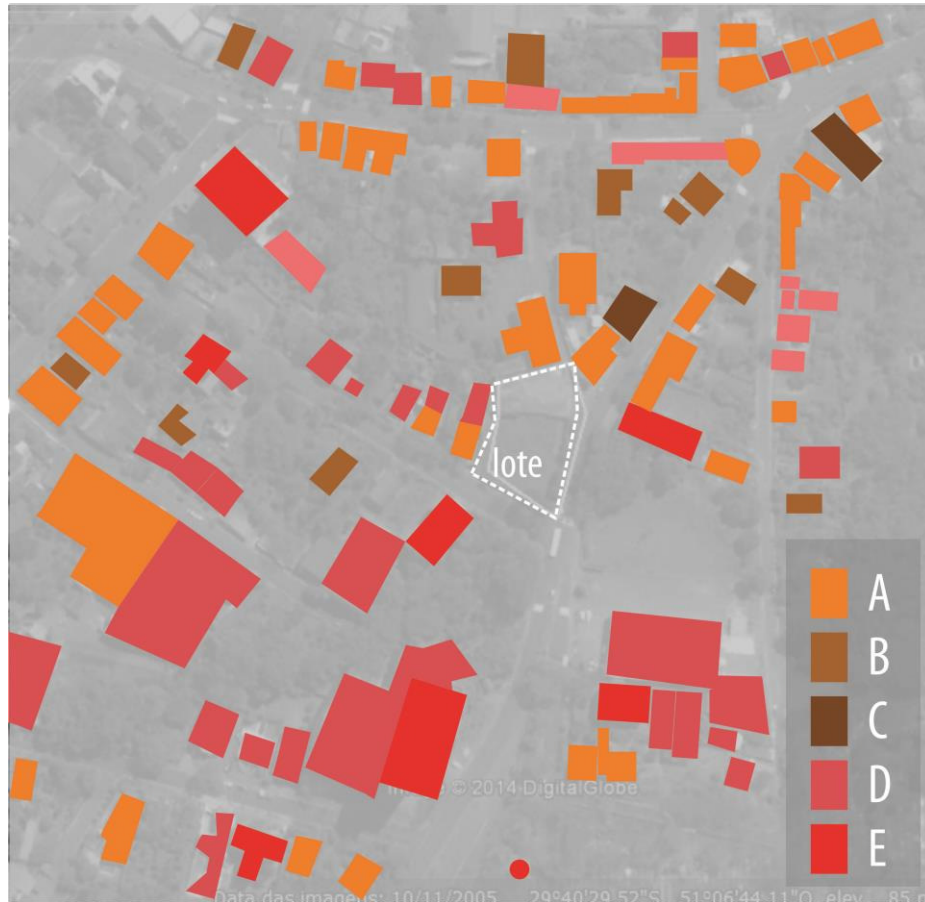


Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor, 2014.

A área analisada relativa ao Centro Histórico é bastante heterogênea em termos de tipologia de edificações. Embora seja clara a predominância de edificações históricas, estas são relativas a diferentes períodos e apresentam características distintas. Pode-se verificar no bairro as seguintes principais recorrências (Figura 35): a) Edificação histórica de um ou dois pavimentos, junto ao alinhamento; b) Edificação histórica de um ou dois pavimentos, isolada no lote; c) Edificação histórica de três ou mais pavimentos, junto ao alinhamento; d) edificação contemporânea de um a três

pavimentos, junto ao alinhamento (compatibilização); e) Edificação contemporânea - torre com mais de quatro pavimentos.

**Figura 35 – Tipologias recorrentes no entorno.**



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor, 2014.

É possível verificar, ainda, que na área analisada encontram-se pelo menos cinco áreas ociosas, uma das quais consiste no próprio lote analisado. Junto a ele, concentram-se outras duas grandes áreas ociosas, que geram uma clara descontinuidade em relação ao conjunto do centro histórico.

As áreas consideradas ociosas podem ser conferidas no mapa da Figura 36. Foram consideradas ociosas todas as grandes áreas desprovidas de construção no entorno analisado. É necessário frisar que algumas destas áreas consistem em jardim ou bosque remanescente, de desejável preservação para conservação das características do centro histórico de Hamburgo Velho. No entanto, não encontram-se atualmente sob qualquer tipo de proteção legal.



**Figura 36 – Lotes ociosos no CHHV – Centro Histórico de Hamburgo Velho.**



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor, 2014.

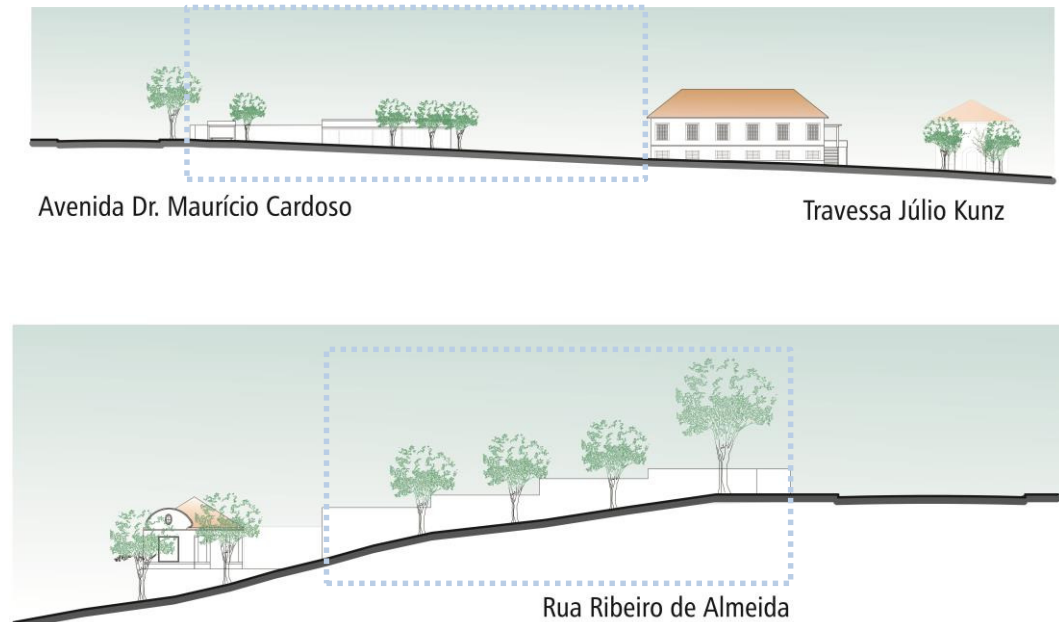
A visual da esquina da rua Ribeiro de Almeida com a Avenida Dr. Maurício Cardoso marca a entrada no centro histórico (Figura 37). A paisagem no entorno do lote pretendido apresenta algumas edificações históricas inventariadas, sendo todas casas térreas ou sobrados de dois pavimentos com sótão. A relação de alturas com as edificações imediatamente vizinhas pode ser compreendida na Figura 38.

**Figura 37 – Visual do lote e entorno.**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 38 – Edificações do entorno.**



Fonte: Autor, 2014.

A infraestrutura turística relativa ao Centro Histórico de Hamburgo Velho é ainda incipiente. Um dos pontos positivos é a existência de opção de hospedagem no próprio bairro, o Hotel Swan Tower. As opções gastronômicas no Centro Histórico ainda não são fartas, sendo o Restaurante Locatelli, na rua General Daltro Filho, uma das opções existentes. As opções culturais hoje centralizam-se na rua General Daltro Filho, com o conjunto do Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser com a Fundação Scheffel (Figura 39). Além do próprio Centro Histórico, algumas edificações individuais fortalecem o roteiro histórico-cultural, como as igrejas dos Reis Magos e Nossa Senhora da Piedade e o Monumento ao Imigrante (Figura 40).

**Figura 39 – Fundação Scheffel, na rua General Daltro Filho.**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 40 – Infraestrutura e atrativos turísticos.**



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor, 2014.

Em relação à estrutura viária, o entorno é dotado de uma rede de vias coletoras, tendo como via arterial a Av. Victor Hugo Kunz, que liga o centro ao bairro Canudos e ao município vizinho Campo Bom; e a Rua Anchieta, que dá acesso a Av. Eng. Jorge Schury e, posteriormente, a rodovia estadual RS-239 (Figura 41).

**Figura 41 – Análise viária.**

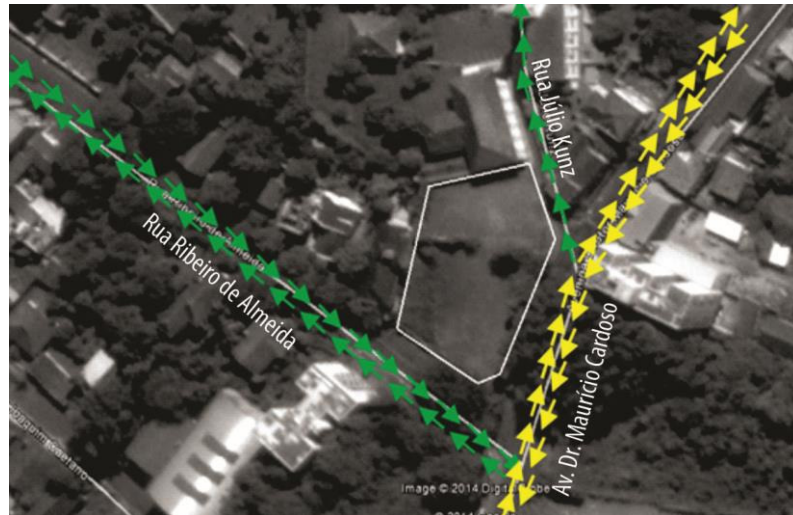


Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor, 2014.

O fluxo principal ocorre nas duas pistas na Av. Dr. Maurício Cardoso, uma via coletora em suas dimensões mas que desempenha função de via arterial, sendo a de maior utilização nas adjacências do lote. A rua Ribeiro de Almeida é uma via local que liga com a rua General Osório, também com fluxo nos dois sentidos. A Rua Júlio Kunz

funciona apenas em um sentido, ligando com a Rua General Daltro Filho no sentido oeste.

**Figura 42 – Fluxos nas vias.**

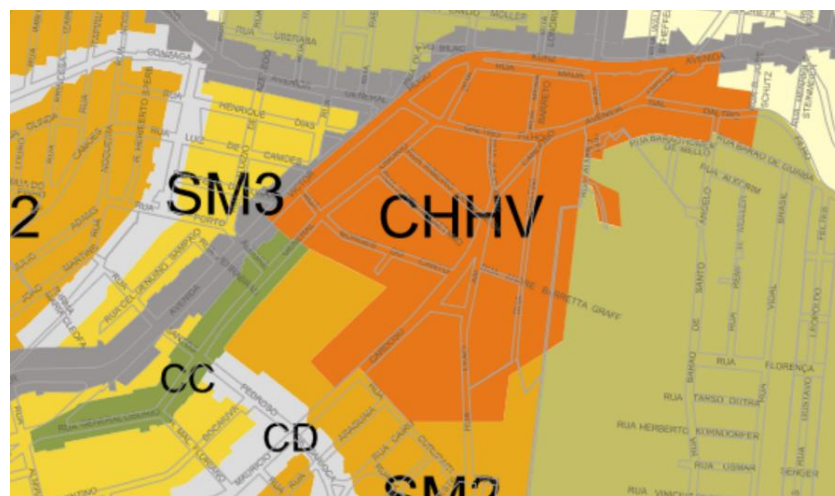


Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor, 2014.

O Plano Diretor de Novo Hamburgo inclui a referida área na zona denominada CHHV - Centro Histórico de Hamburgo Velho (Figura 43). A zona é assim descrita:

CHHV - Centro Histórico de Hamburgo Velho: Setor com característica histórico-cultural, de ocupação e uso preferencial habitacional unifamiliar, com atividades compatíveis permitidas, apresentando necessidade de projetos e programas especiais. (Novo Hamburgo, 2004).

**Figura 43 – CHHV no Mapa do Plano Diretor de Novo Hamburgo.**



Fonte: PPDUA – Novo Hamburgo (2004)

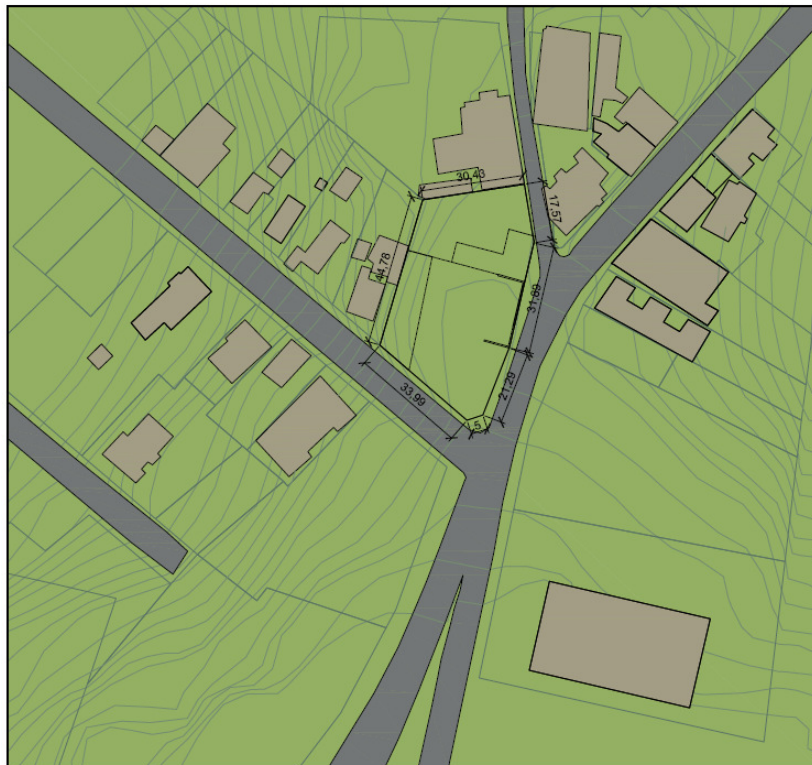
O regime urbanístico do CHHV – Centro Histórico de Hamburgo Velho é TO - taxa de ocupação de 50% do lote, e índice de aproveitamento de uma vez o tamanho do lote. A altura máxima é de 7,95 e a área está submetida a diretrizes especiais, de acordo com consulta à Comissão do Patrimônio Cultural e Natural de Novo Hamburgo.

Tendo em vista o programa pretendido para o local, que será apresentado no capítulo 7.2, o lote pretendido mostra-se adequado. Do total de 2107m<sup>2</sup>, a taxa de ocupação permite a projeção de 1053,5m<sup>2</sup> sobre o lote, o que viabiliza a intenção de horizontalizar boa parte da construção dentro da metragem prevista, com utilização parcial do subsolo na área de declive.

## 5.2 Características do lote

O lote pretendido tem formato irregular e compreende as esquinas da Avenida Dr. Maurício Cardoso com as ruas Ribeiro de Almeida e Julio Kunz. Compõe-se do remembramento de três lotes distintos, conforme possível verificar na Figura 44, totalizando uma área de 2107m<sup>2</sup>. Encontra-se hoje em parte obsoleto, em parte sendo utilizado como estacionamento.

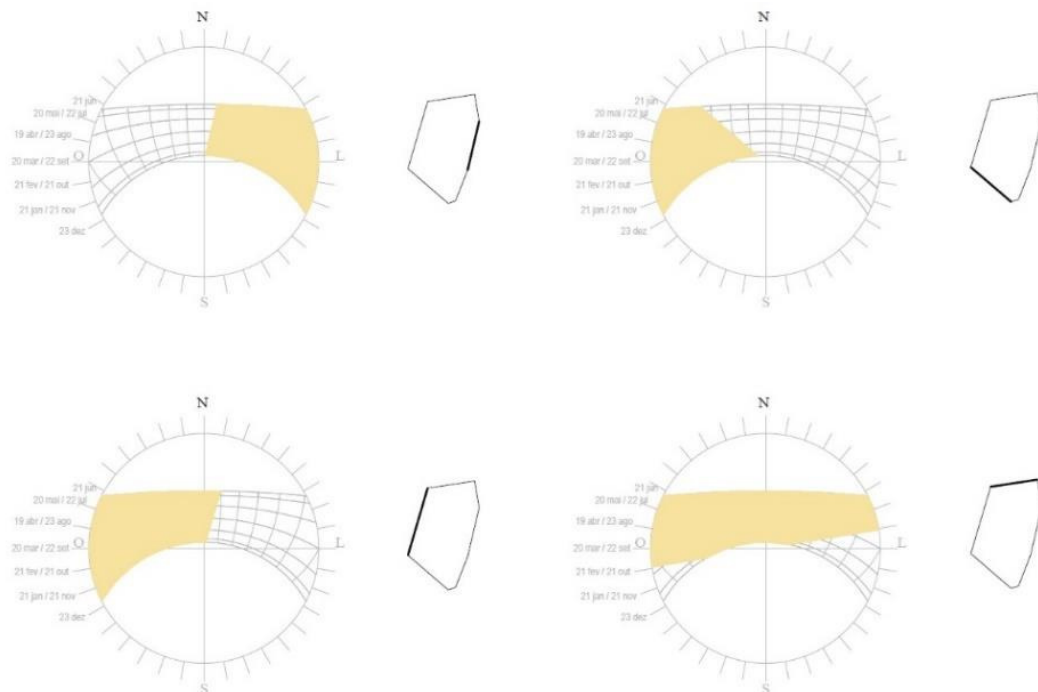
**Figura 44 – Aspecto do lote e entorno.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Analisando a insolação das principais testadas através da carta solar (Figura 45), verifica-se que a fachada orientada para norte recebe insolação praticamente durante todo o dia, com exceção do verão, em que recebe insolação no período das 9h às 16h30. A testada noroeste receberá insolação crítica nas tardes, em especial no verão, o que é agravado pela existência de grande declive naquela direção que não proporciona nenhum sombreamento natural. A testada da Avenida Dr. Maurício Cardoso, sudeste, receberia menos insolação da manhã do que o previsto na carta devido à vegetação e edificações em altura existentes no entorno.

**Figura 45 – Análise da insolação – Carta Solar.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Os ventos dominantes no local vem do quadrante sudeste. A existência de um bosque, grandes espécies vegetais e um prédio em altura no entorno podem eventualmente causar alguma distorção na rota dos ventos (Figura 46).

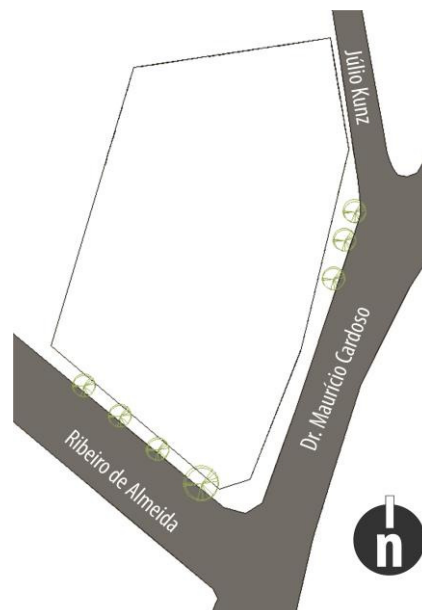
**Figura 46 – Direção dos ventos dominantes.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Quanto a vegetação pré-existente no local, não existem exemplares de porte considerável dentro do próprio lote, sendo que alguns exemplares vegetais tem crescido junto às paredes da própria edificação<sup>7</sup>. Verifica-se, portanto, somente a arborização da via pública no passeio (Figura 47). Três árvores situam-se na calçada na testada sudeste, remanescentes de um antigo projeto de arborização do bairro. Na testada sudoeste encontram-se quatro espécies vegetais, uma de grande porte e três de pequeno porte, de plantio recente.

**Figura 47 – Vegetação existente.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

<sup>7</sup> Por causarem risco de colapso, propor-se-á que sejam removidas.

### 5.3 Histórico das Pré-Existências

O lote onde pretende-se implantar o Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural do Vale do Sinos situa-se em frente a uma das mais antigas estradas locais, hoje Av. Dr. Maurício Cardoso, antiga estrada geral que ligava São Leopoldo a Serra (OLIVEIRA, 2009). Nele, encontram-se resquícios de quatro diferentes construções. Não é possível precisar com exatidão a data de construção delas<sup>8</sup>, havendo inclusive uma complexa relação entre permanências e perdas e suas respectivas datações, que buscamos explicitar na Figura 48.

**Figura 48 – Esquema gráfico das edificações (A – Casa Velha; B – Casa Kroeff; C – Casa Müller) na década de 1900, em meados de 1970 e atualmente.**



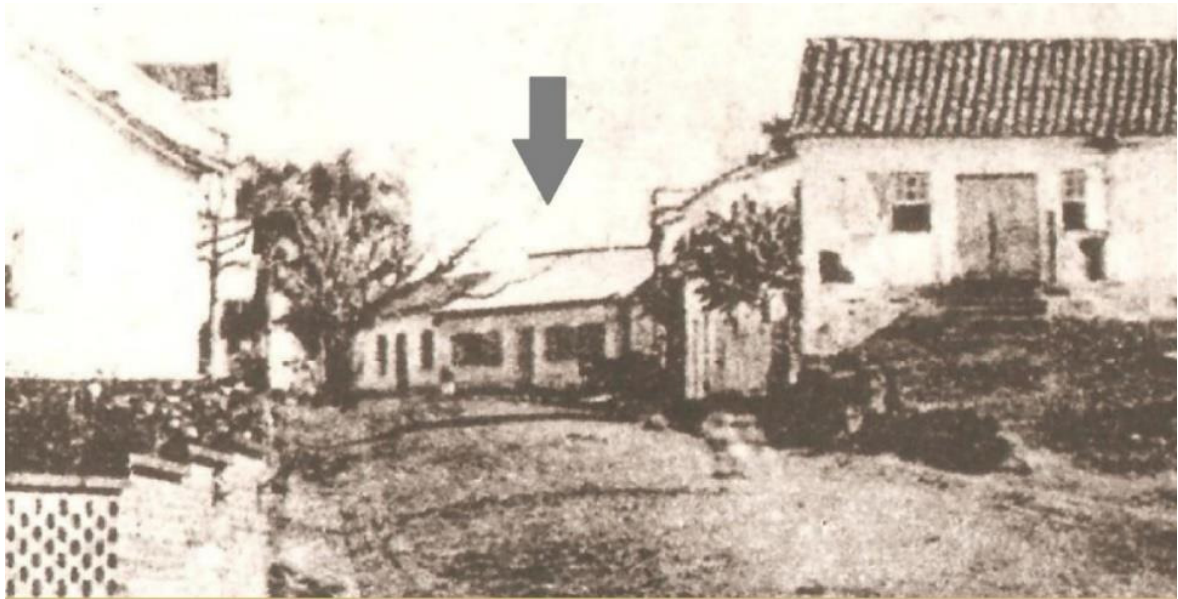
Fonte: Autor, 2014.

<sup>8</sup> Informações não referenciadas foram prestadas pelo Curador da Fundação Scheffel, Angelo Renheimer, em entrevista concedida ao autor no dia 07/10/2014. O referido entrevistado residiu anteriormente na Casa Kroeff.



Da construção “A” restam poucos resquícios, apenas parte da mureta frontal que, provavelmente, fazia parte das fundações da construção primitiva. Esta casa primitiva foi reformada na década de 1940 pela família Müller, e ficou popularmente conhecida como Casa Velha (INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE HAMBURGO VELHO, 1994).

**Figura 49 – Conjunto em fotografia de 1910.**



Fonte: Acervo da Fundação Scheffel.

Trata-se de um dos imóveis mais antigos de Hamburgo Velho, certamente relativo ao século XIX. Era construído em alvenaria de pedra arenito e tinha janelas com vergas retas e telhado de duas águas. Não foi possível precisar sua data de construção, mas sabe-se, no entanto, que passou por grande reforma na década de 1940.

Quando esta residência foi reformada pela família Müller (Figura 50) adquiriu aspecto Art Déco. Ficou conhecida como “**Casa Velha**” quando foi, na década de 1970, palco de um movimento cultural homônimo, muito marcante no campo das artes plásticas para a região. De iniciativa do artista Flávio Scholles, o espaço consistia em galeria e ponto de encontro, marcando uma geração de artistas plásticos que se destacaram, entre os quais Marciano Schmitz e Ariadne Decker. O movimento ocorreu entre 1977-1979, quando o prédio passou a ter uso comercial pelo senhor Bráulio Scholles.



A edificação “B” imediatamente contígua, aqui denominada **Casa Kroeff**, foi possivelmente construída em meados de 1850-1880. A casa foi edificada em alvenaria de pedra arenito com rejunte de argamassa composta com barro. Trata-se de um exemplar de arquitetura vernacular, que segundo Lemos (1989): “é aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu limitado repertório de conhecimentos num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas bem características”. A pedra arenito é material fartamente disponível na região.

Segundo fotografia de 1902 (Figura 52), a residência apresentava originalmente cobertura de duas águas em telhas capa-e-canal, com sótão habitável. As aberturas eram em arcos abatidos. Segundo informações orais, a residência seria um dos imóveis da família Kroeff situados no Hamburgerberg. Uma das últimas proprietárias do local é a senhora Frida Ludwig, que em meados da década de 1940 reformou a edificação, adaptando-a para um estilo Art Déco simplificado. A casa foi sucessivamente alugada para diferentes fins através dos tempos.

**Figura 52 – Casa Kroeff em fotografia de 1902.**



Fonte: Acervo da Fundação Scheffel.

Em meados da década de 1930, foi construída uma edificação ao lado sul da Casa Kroeff (Prédio “C”), sendo posteriormente construído um anexo unindo-as. Ao

conjunto delas chamaremos de **Casa Ludwig**. Na edificação próxima a esquina residia a senhora Frida Ludwig e seus descendentes, e no trecho entre esta e a casa Kroeff, mantinham negócios da família. A Casa Kroeff foi adquirida pelos mesmos proprietários e seguia alugada a terceiros. Senhora Frida Ludwig trabalhava no ramo de pompas fúnebres, manufaturando de forma artesanal coroas de flores que comercializava. No pequeno prédio comercial, a família Ludwig mantinha um “brick”, espécie de comércio de móveis usados já na década de 1970.

**Figura 53 – Casa Kroeff em fotografia da década de 1920.**



Fonte: Acervo da Fundação Scheffel.

Verifica-se que tanto a Casa Kroeff quanto a Casa Velha apresentavam originalmente uma arquitetura muito simples, vernacular, com fachada e acesso junto ao alinhamento da rua. Foram construídas com alvenaria de pedra arenito aparelhada com rejuntas de barro, técnica recorrente no bairro juntamente com a enxaimel. O bloco C foi parcialmente construído já na década de 1930, entretanto, parece ter sido ampliado na década de 1960, equivalendo a porção com aberturas mais horizontais.

**Figura 54 – Conjunto que mostra as Casas Ludwig, Kroeff e Casa Velha na década de 1970.**



Fonte: Acervo da Fundação Scheffel.

O Art Déco, neste caso adotado como estilo na reforma das edificações, caracteriza-se por linhas quebradas e ângulos agudos, e representa uma maneira alegre e cosmopolita de lidar com as asteuridades do modernismo (RYKWERT, 2004). A partir da segunda metade dos anos 1930, difunde-se pelo Brasil em linhas simplificadas como formalismo de fachadas (SEGAWA, 1998). Não há nestas fachadas nenhuma composição formal ousada ou tampouco uma abordagem tectônica, mas uma espécie de decoração geométrica executada em argamassa e aplicada, com intuito de modernizar as fachadas antigas.

**Figura 55 – Aspecto do conjunto em 1940.**



Fonte: Acervo da Fundação Scheffel.

As edificações passaram por processo de abandono a partir da década de 1990, sendo parcialmente demolidas nos anos 2000. Atualmente, o lote está parcialmente ocioso e parcialmente ocupado por estacionamento.

#### 5.4 Estado atual das pré-existências

Das edificações que ocuparam o lote, a Casa Kroeff (B) é a que mantém maior integridade, tendo uma das paredes laterais em pedra arenito aparelhada ainda de pé e outra parcialmente preservada, além de resquícios de paredes internas e do revestimento de escaiolas de algumas paredes. As aberturas foram fechadas com alvenaria.

Da Casa Müller (C) resta apenas a fachada frontal, construída em alvenaria dupla de tijolos maciços, também com as aberturas hoje fechadas. O aspecto do conjunto visto da rua é de um muro. O levantamento cadastral do conjunto remanescente é o demonstrado na Figura 56 e consta completo no Anexo I.

**Figura 56 – Aspecto atual das fachadas remanescentes.**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 57 – Fachada norte - Casa Kroeff.**



Fonte: Autor, 2014.

**Figura 58 – Aspecto atual interno das fachadas remanescentes – escaiolas.**



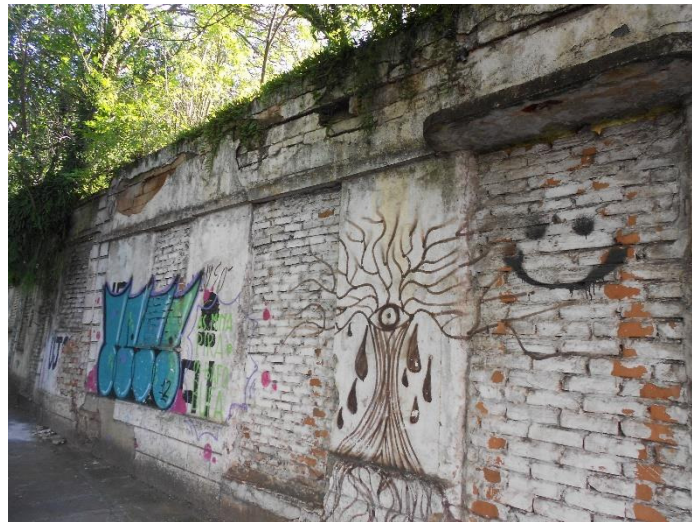
Fonte: Autor, 2014.

**Figura 59 – Aspecto atual das fachadas remanescentes.**



Fonte: Software Google Earth - Google Street View, 2014

**Figura 60 – Aspecto atual externo das fachadas remanescentes.**



Fonte: Autor, 2014.

Através de prospecção pictórica (Figura 61), encontrou-se diversas camadas de pintura nas edificações. Na Casa Müller, a pintura das paredes externas mais antiga encontrada é a base de cal cor vermelho óxido de ferro. Nos detalhes, a cor é ocre escuro. Posteriormente, é visível uma camada de azul celeste, uniforme, também a base de cal. Acima desta há mais uma camada de branco já a base de latéx, outra



de vermelho e posteriormente outra branca, a última. Há uma série de danos antrópicos sobre esta última camada.

**Figura 61 – Prospecção pictórica**



Fonte: Autor, 2014.

Já na Casa Kroeff, provavelmente houve troca do reboco externo em alguma reforma. A camada de pintura mais antiga encontrada tem cor salmão, provavelmente vermelho a base de cal. As camadas posteriores sucessivas são azul, vermelho e branco.

**Figura 62 – Inserção das ruínas na paisagem.**



Fonte: Autor, 2014.

## 5.5 Intervindo em ruínas

Um dos desafios da implementação do Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural do Vale dos Sinos no local pretendido, é a valorização da pré-existência. Neste sentido, é importante entender as formas de intervenção no patrimônio edificado em ruínas, e a forma como são percebidos pela sociedade e conhecimento acadêmico já construído no tema.

Para Brandi (2002), só se pode denominar ruínas algo que testemunhe um tempo humano. Almeida (2013) define como um momento de transição, uma fina linha que separa a persistência da decadência. Complementa que simbolizam a metáfora da fragilidade da relação entre a vida e a morte, que desde os primórdios a existência seduz o ser humano.

Coelho (1996) fala das ruínas urbanas como cascas “à espera de ir abaixo”. Estes cenários em ruínas seriam, segundo ele, lugares provisórios e efêmeros, algo fantasmagórico. Lembra, ainda, da vinculação no imaginário coletivo das ruínas ao obscuro e ao medo, configurando locais perigosos, palcos de práticas ilícitas.

As diretrizes para a conservação ou restauração de uma edificação em ruína são bastante questionáveis, e alvo de inúmeros tratados teóricos ou filosóficos. Brandi (2002) lembra que os casos devem ser pensados conjuntamente sob o ângulo da história e da conservação, uma vez que o problema não diz respeito apenas à consistência presente, mas também a seu passado.

No seu célebre “Culto Moderno aos Monumentos”, Alois Riegl qualifica o valor de antiguidade como o principal no caso das ruínas, estando desprovidas do valor de utilização (CHOAY, 1999).

O inglês Ruskin era um grande entusiasta das ruínas, defendia que nelas “não temos direito algum de tocar” (RUSKIN, 2000). Para ele, os monumentos históricos “não são nossos” e portanto não nos pertencem, mas àqueles que a construíram e as gerações que irão nos suceder. Ruskin (2000) tinha posições bastante críticas ao próprio ato da restauração, que na sua visão, era uma “mentira do princípio ao fim”. Sua solução era a conservação oportuna dos monumentos, para que não necessitassem de restauro.

Sobre o pensamento de Ruskin, Almeida (2013) analisa que ele acreditava na arquitetura como ponte de ligação entre presente e passado, através da qual a comunidade construía sua identidade. Para o arquiteto, era possível viver sem

arquitetura, mas não seria possível lembrar (RUSKIN, 2000). A importância do seu pensamento, portanto, é no sentido de entender a arquitetura como principal suporte da memória. Ele acreditava que a ruína não poderia ser tocada, sob o risco de ser corrompida. Ruskin empregava, portanto, uma metáfora que comparava a edificação a um ser vivo, com tempo de vida e uma inevitável morte (ALMEIDA, 2013).

O francês Camilo Boito foi responsável por unir as ideias de Ruskin com a possibilidade de restauro nos casos de necessidade extrema. Ao contrário de Ruskin, Boito não endossava a ideia da morte inevitável do edifício, admitindo novos elementos que consolidassem o monumento, em especial as técnicas e materiais modernos, desde que perceptíveis (ALMEIDA, 2013). Começa então a se estabelecer aquilo que ficaria conhecido como “restauro científico”.

Boito propõe então oito princípios que legitimam e otimizam os resultados do restauro:

1. Diferenciação de estilo entre o antigo e o novo;
2. Diferenciação de materiais e seu emprego;
3. Supressão de molduras e decoração nas partes novas;
4. Exposição das partes materiais que foram eliminadas, num espaço contíguo ao monumento restaurado;
5. Incisão de uma marca convencional nas partes novas onde se trabalhou, para facilitar a identificação;
6. Memória descritiva de todo o processo de intervenção no monumento;
7. Descrição e fotografias das diversas fases dos trabalhos depositadas no próprio monumento, num lugar público próximo, ou ainda a publicação de todo o material;
8. Notoriedade visual das acções realizadas (ALMEIDA, 2013, p. 35-36)

A evolução das teorias do restauro crítico, no entanto, não resolveram o grande dilema da intervenção no patrimônio edificado em ruínas. A definição do estado de conservação enquanto ruínas ou ainda, os critérios e limites das intervenções, seguem sendo tema de constantes debates.

Para Brandi (2002) a restauração voltada para ruínas pode ser apenas a conservação e consolidação do estado tal qual estas se encontram – do contrário, a ruína não seria uma ruína. Nos casos em que aceita seu restauro, fala de uma “vitalidade implícita” para promoção da reintegração da unidade potencial originária.

A legitimidade da intervenção em uma ruína, para Brandi (2002), está no juízo histórico que dela se faz como testemunho de obra ou evento humano, mutilado,

porém ainda reconhecível. Ainda que se reconheça nas minúcias a obra como se apresentava antes de se tornar ruína, Brandi considera que o resultado seria uma reconstrução, repriminção ou cópia, que não poderiam nem mesmo ser tratadas em termos de restauração (BRANDI, 2002).

Quanto às adições sofridas pelas edificações ao longo dos tempos, Brandi (2002) comenta que no sentido histórico, tem os mesmos direitos em ser conservadas que a obra original, uma vez que são novos testemunhos do fazer humano. A remoção destas adições, embora consista num testemunho, não documentam e ainda destroem uma ação pretérita e portanto, poderiam induzir a falsificação de um dado.

Finalmente, Brandi fala daquele “particular ofuscamento” que a matéria recebe através do tempo: a pátina. Para ele, trata-se do testemunho do tempo transcorrido, sendo que esta não apenas é admissível, mas requerida de modo taxativo a sua preservação (BRANDI, 2002).

A proposta de intervenção para o projeto pretendido será abordada no item 7.1.

## 6 PROJETOS REFERENCIAIS

### 6.1 PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS

#### 6.1.1 Centro de Interpretação do Pampa

O Centro de Interpretação do Pampa situa-se em Jaguarão (RS), sendo proposto sobre pré-existência, as ruínas da antiga Enfermaria Militar, bem imóvel tombado pelo IPHAE-RS (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul). O projeto, que tem autoria do escritório Brasil Arquitetura, coordenado pelos arquitetos Marcelo Ferraz e Francisco Fanucci, encontra-se atualmente em execução, tendo recebido incentivos fiscais e verbas do PAC das Cidades Históricas.

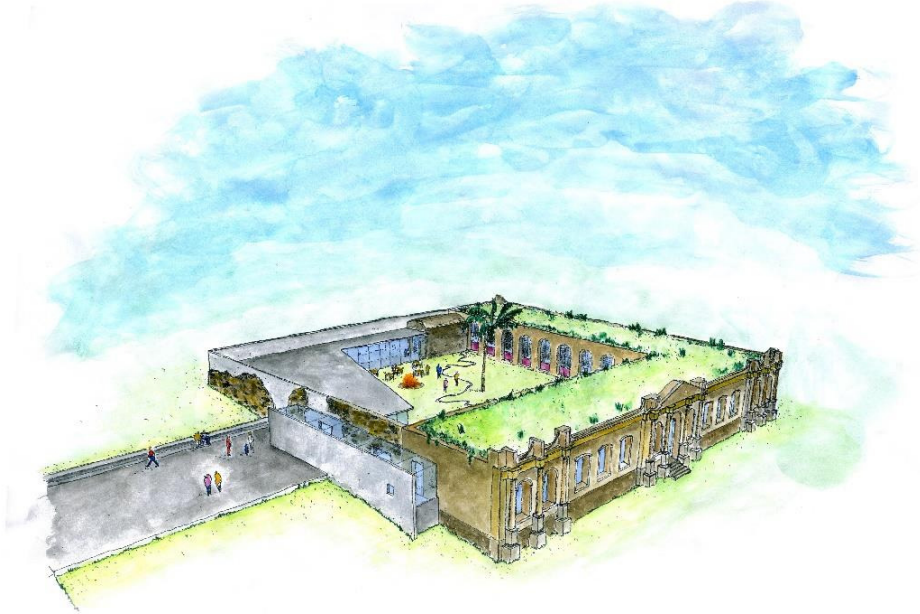
**Figura 63 – Perspectiva do Centro de Interpretação do Pampa.**



Fonte: Brasil Arquitetura (2014).

O Centro de Interpretação do Pampa busca abordar a singularidade da paisagem física e humana do que se chama Pampa. Tem como objetivo constituir um Museu Vivo no qual os visitantes poderão vivenciar a especificidade e a riqueza da natureza, da cultura e da história irrepetível da região (BRASIL ARQUITETURA, 2014).

**Figura 64 – Croqui do Centro de Interpretação do Pampa.**



Fonte: Brasil Arquitetura (2014).

A disposição museológica tem como objetivo fazer com que as pessoas mergulhem no universo do Pampa, através da vivência de experiências afetivas e intelectuais relacionadas aos diferentes âmbitos da vida e da cultura. O projeto faz com que o visitante se surpreenda e descubra aspectos da região - bem como da sua importância para a formação do país (BRASIL ARQUITETURA, 2014).

**Figura 65 – Perspectiva do Centro de Interpretação do Pampa.**



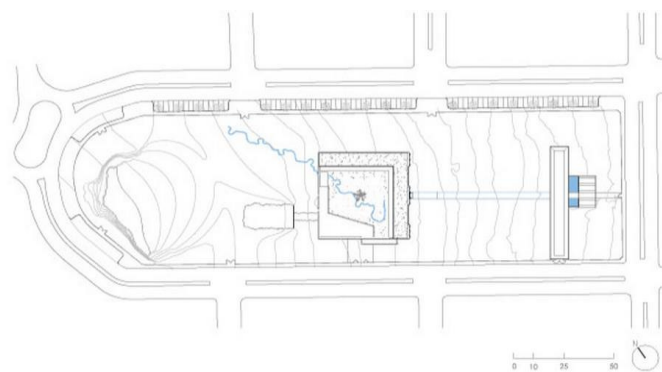
Fonte: Brasil Arquitetura (2014).

O projeto não tem público alvo específico, estendendo-se a todas as faixas etárias e sociais, pretendendo servir ao público externo e à própria comunidade. O Centro organiza um vasto conjunto de informações a partir de alguns eixos centrais:

- A singularidade da paisagem natural do Pampa, com seus ecossistemas. Lugar no qual, sob aparente homogeneidade, encontra-se uma rica e diversa vida pulsante, que deve ser conhecida, valorizada e defendida;
- A antiguidade da ocupação da região, habitada sucessivamente por povos e culturas desde a pré-história e a mestiçagem genética e simbólica única que se deu no Pampa – uma mistura singular de povos indígenas, ibéricos e africanos que gerou o gaúcho -, e a produção cultural específica que essa mistura propiciou.
- A língua falada, a música, a literatura, a mitologia, a arquitetura, os costumes, a culinária, a vestimenta são, aqui, tão misturados quanto a cor da pele das pessoas. Tal aventura humana, marcada pelos encontros e desencontros de povos e signos, por convergências e conflitos, por contradições e desigualdades, continua se fazendo.
- A questão da fronteira e a constituição de uma identidade, ao mesmo tempo singular e nacional. A região foi cenário de guerras e lutas que, de certa forma, desenharam os limites do território brasileiro, com suas dimensões continentais. Lugar de heroísmo e luta pela nacionalidade. Mas, também, uma experiência, *avant la lettre*, de integração, que antecipou em séculos o Mercosul (Brasil Arquitetura, 2014).

Na previsão do programa de necessidades, o projeto apresenta espaço de galeria, espaço para exposições temporárias, memorial da enfermaria, auditório, biblioteca, videoteca e reserva técnica.

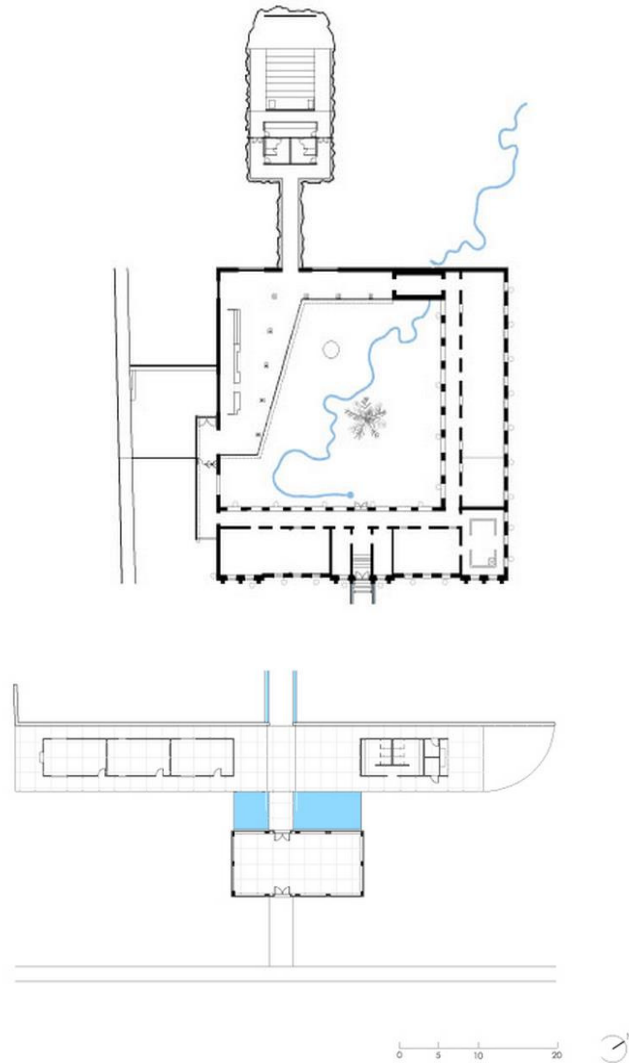
**Figura 66 – Implantação do Centro de Interpretação do Pampa.**



Fonte: Brasil Arquitetura (2014).

O projeto instala-se em ampla área de parque municipal, num terreno com grande aclave. O programa foi disposto em três blocos distintos, sendo o espaço museológico e de exposições permanentes, bem como memorial da enfermaria, situado no bloco relativo a Antiga Enfermaria Militar e os anexos nele construídos.

**Figura 67 – Planta baixa – Centro de Intepretação do Pampa.**



Fonte: Brasil Arquitetura (2014).

Junto a pedreira nos fundos da edificação, propôs-se um novo auditório subterrâneo, acessado a partir de um corredor-galeria. Próximo a via situada a sudeste, foi implantado um novo bloco por onde se dá o acesso principal. Nele foi prevista uma sala de exposições temporárias, bem como salas de oficinas, reserva técnica e sanitários no bloco em fita.



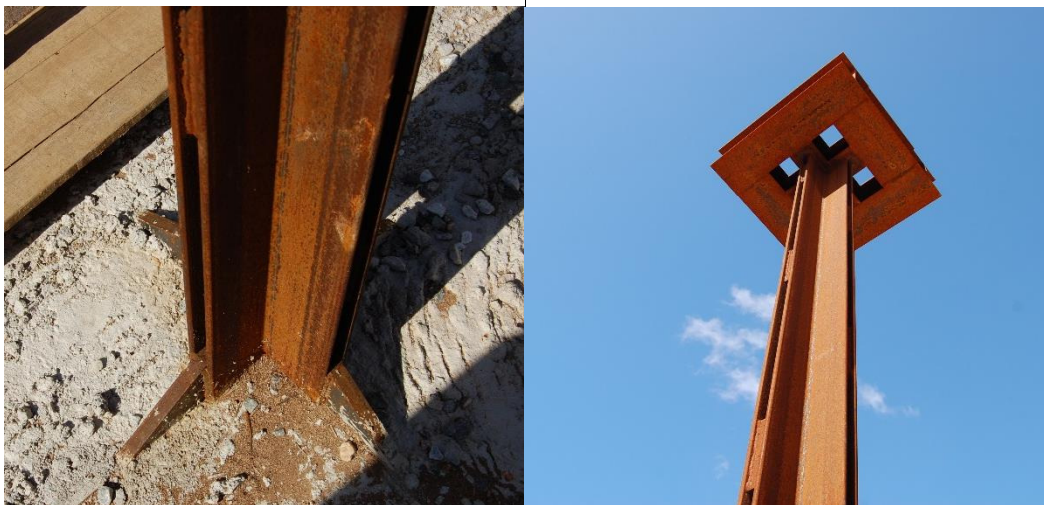
**Figura 68 – Aspecto do novo bloco em relação a ruína.**



Fonte: Autor, 2013.

Para a construção dos novos blocos foi empregada estrutura metálica, com uso de pilares metálico de aço do tipo patinável (*corten*) com seções em cruz chumbadas junto ao contrapiso e concretadas junto às lajes. Estes pilares sustentam as lajes de concreto armado, cuja seção torna-se mais esbelta em direção às suas extremidades, dando uma impressão de extrema leveza.

**Figura 69 – Aspectos dos pilares metálicos durante a obra.**



Fonte: Autor, 2013.

O conceito amplo de “Centro de Interpretação” torna o Centro de Interpretação do Pampa um dos principais referenciais análogos para o projeto pretendido. Também é análoga a pré-existência em ruínas, sendo proveitoso levar em conta a postura adotada frente às ruínas, bem como o aspecto formal da intervenção e o programa de necessidades.

### **6.1.2 Biblioteca Paulo Freire**

A Biblioteca Paulo Freire localiza-se junto ao Parque Tecnológico Itaipu, dentro dos limites da Usina Hidrelétrica de Itaipu, e incorpora em seu espaço físico os antigos alojamentos dos trabalhadores que construíram a barragem.

O conjunto foi edificado com a finalidade de acomodar de forma adequada o acervo das instituições que integram parte do complexo. O programa de necessidades também conta com ambientes específicos para catalogação e restauro de livros, salas para leitura e estudos, área de convívio e também um pequeno auditório.

**Figura 70 – Conjunto – Biblioteca Paulo Freire.**



Fonte: 3C Arquitetura e Urbanismo (2014).

O projeto preserva a pré-existência: ruínas de um antigo bloco de alojamentos dos trabalhadores que construíram a barragem Itaipu. Trata-se de ruínas muito simples de edificações sem maiores atrativos arquitetônicos, no entanto, com valor de memória social bastante relevante. O projeto contrasta novo e antigo, a memória da

hidrelétrica e a proposta de renovação social, econômica e física. Segundo o arquiteto Leonardo Poletti:

Pelo fato das ruínas preservadas não serem um objeto arquitetônico representativo, sua manutenção é muito mais simbólica e conceitual, o que demandou um discurso bastante incisivo junto a população do parque para que fosse levado adiante (3C Arquitetura e Urbanismo, 2014)

O projeto tem como conceito a geração de “espaços permeáveis”, sem limites rígidos. Para o Arq. Leonardo Poletti, “a ideia é que o espaço da biblioteca não se encerre nos seus limites físicos, mas que permita o acesso aos usuários, que poderão se apropriar do espaço e entorno de diferentes formas. Assim, a cobertura do prédio e os jardins internos – incluindo aqueles localizados no interior das ruínas preservadas – transformam-se em locais de estudo e ponto de encontro para discussões” (3C Arquitetura e Urbanismo, 2014).

**Figura 71 – Aspecto – Biblioteca Paulo Freire.**



Fonte: 3C Arquitetura e Urbanismo (2014).

A área do acervo apresenta planta livre, favorecendo a disposição multifuncional, possível para atender a atual demanda da biblioteca. O projeto prevê, ainda, a mudança de comportamento da biblioteca num futuro próximo, com a substituição do meio físico pelos suportes digitais. Desta forma o espaço torna-se

mais dinâmico, podendo transformar-se em local de exposição, de solenidades e de outros tipos de atividade.

A modulação estrutural da nova edificação foi concebida a partir da modulação pré-estabelecida pelo tamanho do antigo alojamento pré-existente. Estes alinhamentos determinaram, então, a localização dos pilares, da grelha de cobertura e da caixilharia das esquadrias. A estrutura de Madeira Laminada Colada (MLC) está presente na estrutura da cobertura, nos pisos, nos deques externos (e da cobertura) e brises das janelas da cobertura.

**Figura 72 – Aspecto interno – Biblioteca Paulo Freire.**



Fonte: 3C Arquitetura e Urbanismo (2014).

O sistema estrutural principal é o concreto armado, que forma pilares e vigas de sustentação, além das lajes de cobertura da área técnica e das salas de estudo. A base foi executada com um sistema de vigota e tavela, utilizando peças de isopor que aumentam o isolamento térmico.

Este projeto torna-se interessante devido à pré-existência em ruínas, inclusive edificações simples como as do projeto pretendido. A postura frente às ruínas, bem como a distribuição racionalizada do programa em ambientes dinâmicos, são pontos de interesse, bem como o exercício projetual de cuidado com alinhamentos entre a estrutura, caixilharia e demais componentes.

Figura 73 – Aspecto interno – Biblioteca Paulo Freire.



Fonte: Montagem do autor sobre material disponibilizado por 3C Arquitetura e Urbanismo (2014).

## 6.2 PROJETOS REFERENCIAIS FORMAIS

### 6.2.1 Intermediae Matadero Madrid Arturo Franco

Este projeto surge com objetivo de valorizar o antigo “Matadero de Madrid”, dentro de um conjunto de ações culturais promovidas pelo Ayuntamiento de Madrid. O complexo projetado originalmente pelo arquiteto Luis Bellido em 1907 foi convertido em um novo centro cultural de vanguarda onde distintas instituições assumiram a gestão e as reabilitações de alguns módulos da edificação. Os grupos que compõe a primeira parte do projeto são a *Fundación ARCO*, a *Fundación Ruy Pérez*, o Teatro Español, a *Asociación de Diseñadores*, a *Fundación COAM* e o Ayuntamiento de Madrid.

**Figura 74 – Fachada do Matadouro – pré-existência.**



Fonte: Plataforma Arquitetura (2014).

O complexo é dividido em módulos, dos quais o módulo 17c foi o primeiro levado a cabo, consistindo numa espécie de experiência piloto. O projeto foi pensado desde o princípio como uma oportunidade de explorar as possibilidades de uma reabilitação de edificação histórica. Tratou-se de aportar uma nova postura ante a atuação em patrimônio cultural, uma postura radical sobre os limites de intervenção e não intervenção, reduzindo-a ao mínimo necessário (PLATAFORMA ARQUITETURA, 2014).

A tradicional insegurança teórica que afeta as intervenções atuais em patrimônio, normalmente resultam em meios-termos entre o que deve o que não deve ser feito. Buscou-se neste projeto uma postura mais firme, explorando até o final as ideias e decisões, sem medos e complexos necessário (PLATAFORMA ARQUITETURA, 2014). Buscou-se, em resumo, intervir radicalmente sem intervir, levando as ideias às últimas consequências.

Trabalhou-se sem concessões a respeito da reabilitação como respeito à ruína pré-existente, potencializando seus valores e não apenas a nova intervenção. Estabeleceu-se, então, um diálogo constante entre o novo e o antigo, sem misturá-los. As diferentes linguagens se mostram e se relacionam de forma que o antigo potencialize o novo, e o novo valorize o antigo necessário (PLATAFORMA ARQUITETURA, 2014).

**Figura 75 – Tratamento interno.**



Fonte: Plataforma Arquitetura (2014).

**Figura 76 – Tratamento interno.**



Fonte: Plataforma Arquitetura (2014).

Escolheu-se este referencial formal principalmente devido ao tratamento dispensado às paredes internas, mantidas em todas as suas características de ruínas, com as marcas do tempo e irregularidades características. Ao mesmo tempo, a intervenção através dos panos de vidro explora a contradição entre o manter intocado e o intervir de forma contemporânea, uma reflexão que parece importante para este tipo de obra .

**Figura 77 – Tratamento interno.**



Fonte: Plataforma Arquitetura (2014).



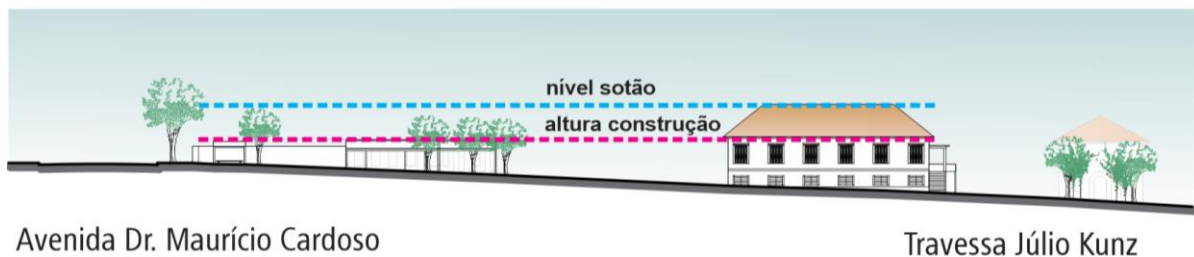
## 7 PROJETO PRETENDIDO

### 7.1 DIRETRIZES DE PROJETO

Frente aos dados recolhidos, é possível estabelecer algumas diretrizes básicas para o projeto de Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural do Vale do Sinos.

Por tratar-se de intervenção dentro de um sítio histórico, evidencia-se a necessidade de respeito aos alinhamentos, alturas e ritmo de fenestrações existente. Para tanto, tem-se estabelecida a intenção de trabalhar com uma edificação horizontalizada, mantendo dentro do possível a altura das antigas pré-existências da Av. Maurício Cardoso e Rua Júlio Kunz, harmonizando-se com o entorno. Como vimos, tal proposta é possível em termos de área considerando o regime urbanístico do local.

**Figura 78 – Alinhamento pretendido.**



Fonte: Autor, 2014.

Tal decisão não inviabiliza a utilização da cobertura como área acessível, no todo ou em parte, uma vez que há potencial de desfrute das visuais do entorno. Também este segundo nível pode ser usado para os reservatórios e demais utilitários que forem necessários, sem que se perca o alinhamento pretendido, pois equivale às soteiras das edificações existentes.

As pré-existências configuram hoje basicamente um “L”, cuja maior extremidade equivale ao alinhamento da Av. Dr. Maurício Cardoso e a menor, uma parede de pedra arenito remanescente. Pretende-se utilizar essas paredes pré-existentes como uma espécie de “máscara” para a nova edificação contemporânea, que terá relação direta com esta. Desta forma pretende-se conservar na integralidade as ruínas e seu aspecto, bem como a pátina, conforme a orientação teórica de Brandi discorrida no capítulo 4.2, e em situação análoga aos projetos referenciais analisados.

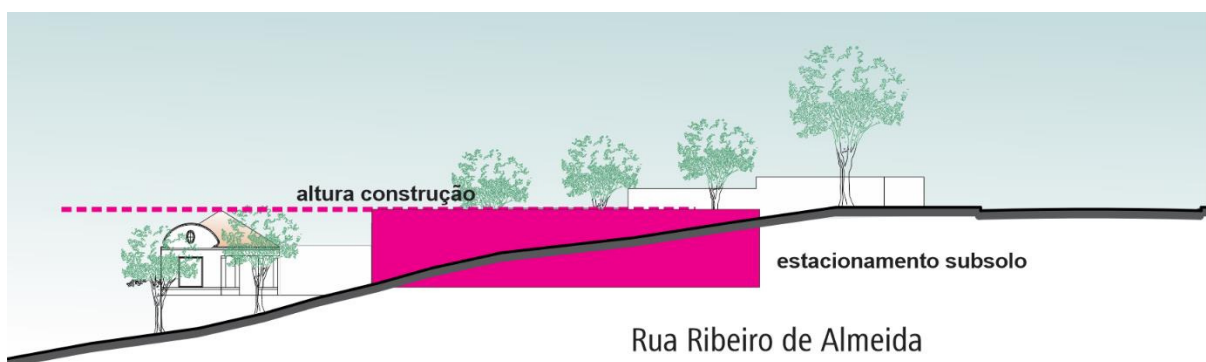
A ruína será, portanto, higienizada, conservada e consolidada, sem a retirada do seu significado temporal e das diversas marcas do tempo<sup>9</sup>. Será indicada a remoção da vegetação parasitária e de todos elementos que possam causar o colapso da edificação e também elementos desprovidos de historicidade que danifiquem sua leitura e dimensão cultural.

O ritmo original de fenestrações, portanto, poderá ser recuperado com a retirada dos recentes fechamentos em tijolos, reestabelecendo o contato entre a edificação e a rua e a harmonia da paisagem urbana. Fica claro que a intenção não é uma reconstituição do conjunto de edificações conforme sua forma original ou qualquer estágio pretérito, mas a manutenção, conservação e potencialização do estado em que se encontram.

Verifica-se no bairro uma grande recorrência de vegetação, com árvores de pequeno, médio e grande porte e jardins. Por este motivo, acredita-se que seja importante a previsão de áreas verdes e mesmo de terraços e coberturas vegetais sobre a edificação, como forma de contemplar uma característica inerente ao centro histórico.

Considerando o declive do lote em direção a sudoeste, é uma possibilidade a ser explorada a utilização de um nível subsolo para estacionamento coberto com acesso pela rua Ribeiro de Almeida (Figura 79).

**Figura 79 – Alinhamento pretendido.**



Fonte: Autor, 2014.

Como técnica construtiva, pretende-se empregar sistema de estrutura metálica e lajes de concreto armado impermeabilizado, com cobertura vegetal. Sob

<sup>9</sup> Possível através de técnicas como o microjateamento por aero-abrasão (MICELI, 2014).

estas coberturas, poderão ser distribuídos em blocos contíguos ou independentes os ambientes previstos no programa, havendo total liberdade para trabalhar panos de vedação completamente opacos ou completamente translúcidos conforme a conveniência, uma vez que serão independentes da estrutura.

## 7.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES

O Centro de interpretação do Patrimônio Cultural tem como função primordial tornar-se pólo de referência para o estudo e difusão do patrimônio cultural do Vale do Sinos. Para cumprir este papel, considera-se as seguintes funções: Memorial, Museu, abrigo, restauro e conservação do Acervo de Plantas Arquitetônicas de Novo Hamburgo, Biblioteca e Hemeroteca temática, Sala de Pesquisa, Educação Patrimonial através de aulas teóricas e práticas.

Para o cumprimento destes objetivos, propõe-se um programa de necessidades composto pelos seguintes itens:

### A- Acervo

#### I – Acervo de Plantas Arquitetônicas

O acondicionamento do acervo de plantas arquitetônicas é um dos motes do projeto. Pretende-se dispor este acervo da forma mais adequada possível. Dispõe-se para tal de 100m<sup>2</sup>, um espaço de dimensões ideais para o acervo e para garantir sua segurança e climatização ideal. Prevê-se o acondicionamento em mobiliário adequado.

Este ambiente deve ser fechado e de acesso controlado e restrito. O pesquisador terá contato com o material original após solicitação e liberação do funcionário, utilizando-o na Sala de Pesquisas. A versão digitalizada dos documentos será disponibilizada em painéis interativos, reduzindo ao mínimo a necessidade de manuseio dos documentos originais.

#### II – Biblioteca e Hemeroteca temática

O Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural do Vale do Sinos pretende-se tornar um espaço referência no estudo do patrimônio regional. A provável busca de informações por parte de estudantes, profissionais que atuam nas áreas de

turismo, história e restauração de edificações históricas determina a necessidade da concentração de bibliografia e clippagem de informações acerca da temática.

Prevê-se, para tal, um espaço de 100m<sup>2</sup>, uma vez que a perspectiva de acervo é limitada a temática.

### III – Sala de Pesquisa

Contemplando os pesquisadores do Acervo de Plantas e da Biblioteca e Hemeroteca, a Sala de Pesquisa receberá estudantes e profissionais das áreas afins para consulta, pesquisa e fruição destes acervos. Para tanto serão disponibilizadas mesas de trabalho coletivas, individuais e sofás. O espaço previsto é de 55m<sup>2</sup>.

### IV – Sala de restauração e capacitação

O amplo acervo a ser tutelado requer cuidados de conservação e restauração. Prevê-se espaço para a realização destes trabalhos, que poderão servir também para capacitação e realização de cursos de restauro de documentos. A área prevista perfaz 55m<sup>2</sup>.

### V – Lavabo

Prevê-se um pequeno lavabo de 5m<sup>2</sup> para acesso do público externo e funcionários do acervo.

## B - MEMORIAL

### I – Sala de Exposições temporárias

A Sala de exposições temporárias tem por objetivo dinamizar o espaço do Centro de Interpretação, através da montagem de estruturas expositivas provisórias temáticas, que poderão abordar o patrimônio cultural regional através de acervo próprio (explorando o próprio Acervo) ou de empréstimo.

Idealiza-se, para tal, um espaço de médio porte, totalizando cerca de 150 m<sup>2</sup>. Não pretende-se um espaço superdimensionado, pois deve facilitar a montagem de sucessivas novas exposições, gerando maior interesse e movimentação no Centro, bem como propiciando através da novidade da exposição o fluxo de retorno dos visitantes.

### II – Sala de exposições permanente

Contemplando a importância do acervo próprio, bem como a lacuna existente de um espaço que vise remontar a trajetória da ocupação da região do Vale do Rio do Sinos através de seu patrimônio cultural, idealiza-se uma sala de exposição

permanente que, através de métodos expositivos inovadores e interativos, possa contribuir para gerar uma imersão do visitante na cultura regional.

Estima-se, para isto, uma sala de 150m<sup>2</sup>, de tamanho médio; evitando a construção de superestruturas de difícil renovação ou de espaços muito pequenos para a densidade do tema abordado.

### III – Lavabo

Prevê-se um pequeno lavabo de 5m<sup>2</sup> para acesso do público externo.

### IV – Depósito para acervo temporário

Considerando o pretendido fluxo de exposições temporárias e de eventos realizados no local, prevê-se a construção de um depósito temporário de 100m<sup>2</sup>, que possa abrigar estes materiais quando necessário.

## C - ENSINO

### I – Oficinas multiuso

As salas de oficina multiuso suprirão uma carência atual no bairro Hamburgo Velho, de espaços especiais destinados a projetos de educação artística, patrimonial e demais áreas afins. O local servirá de abrigo para aulas teóricas e práticas envolvendo temáticas relacionadas a valorização do patrimônio cultural, história, restauração e ensino de técnicas construtivas.

Estão previstas três oficinas multiuso de 55m<sup>2</sup>, possibilitando o uso conjunto.

### II – Auditório

Outra lacuna no centro histórico, o projeto prevê um auditório de pequenas dimensões, com disponibilidade de 80 lugares. Para suprir tal intento, prevê-se uma área de 80m<sup>2</sup>.

### III – Sanitários

São previstos dois sanitários (masculino e feminino) de 12,5m<sup>2</sup> cada um, adaptados às normas de acessibilidade.

## D – ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO

### IX – Serviço

Uma área de serviço de 12,5m<sup>2</sup> será implantada para abrigar os materiais de limpeza e demais itens necessários de serviço.

### XI – Administração

Estão previstas duas sala de administração totalizando 55m<sup>2</sup>, de forma a abrigar os funcionários administrativos previstos para funcionamento do espaço, utilizável como sala de reuniões.

E – Lazer

I – Bar Café

No intuito de tornar o espaço mais atrativo ao público local e externo, propõe-se a locação de um café no local, com área prevista de 45 m<sup>2</sup>.

**Quadro 2 – Quadro de áreas**

Setor	Ambiente	Área	Unidade	Área Total	Fonte
1. Acervo	Arquivo de Plantas	100	1	100	CONARQ, 2010
	Sala técnica restauro	55	1	55	CONARQ, 2011
	Biblioteca temática	100	1	100	NEUFERT, 2001
	Sala de pesquisa	55	1	55	NEUFERT, 2001
	Lavabo	5	1	5	NEUFERT, 2001
2. Memorial	Sala de exposições temporárias	150	1	150	NEUFERT, 2001
	Sala de exposições permanente	150	1	150	NEUFERT, 2001
	Depósito para acervo temporário	100	3	300	NEUFERT, 2001
	Lavabo	5	1	5	NEUFERT, 2001
3. Ensino	Oficinas multiuso	55	3	165	NEUFERT, 2001
	Auditório 80 pessoas	80	1	80	NEUFERT, 2001
	Sanitários	2	12,5	25	NEUFERT, 2001
4. Administração - serviço	Sala administrativa	2	55	110	NEUFERT, 2001
	Serviço	1	12,5	12,5	NEUFERT, 2001
5. Estacionamento	Estacionamento	1	300	300	NEUFERT, 2002
5. Lazer	Bar Café	1	50	50	NEUFERT, 2001
<b>TOTAL</b>				<b>1662,5 m<sup>2</sup></b>	

Fonte: Autor, 2014

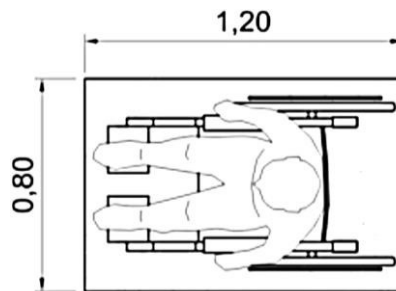
## 8 LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS

### 8.1 NBR 9050 – ACESSIBILIDADE A EDIFICAÇÕES, MOBILIÁRIO, ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS

Considerando a necessidade de proporcionar ambientes acessíveis para que pessoas de todas idades, estatura ou limitação física tenham condições de circular e fruir o espaço proposto, foi analisada a NBR 9050, que estabelece as normas para atendimento aos padrões universais de acessibilidade.

Segundo disposto na norma (Figura 80) o módulo de referência de um cadeirante leva em consideração a medida de 0,80m por 1,20m de projeção sobre o piso.

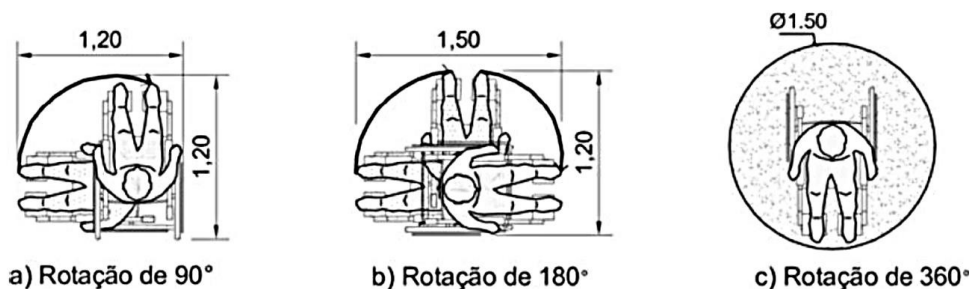
**Figura 80 – Módulo de referência - cadeirante.**



Fonte: NBR 9050 (2004).

Todos os espaços previstos devem possuir uma área sem obstáculos para que os cadeirantes possam fazer a manobra com a cadeira de rodas (Figura 81). As medidas para proporcionar esta rotação, de acordo com a norma, são: a) para rotação de  $90^\circ = 1,20 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$ ; b) para rotação de  $180^\circ = 1,50 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$ ; c) para rotação de  $360^\circ = \text{diâmetro de } 1,50 \text{ m}$ .

**Figura 81 – Módulo de referência para rotação - cadeirante.**



Fonte: NBR 9050 (2004).

Caso venham a ser utilizadas rampas de acesso aos desníveis, estas deverão ter inclinação de acordo com os limites previstos em norma (Tabela 1).

**Tabela 1 – Desníveis e inclinação admissível.**

Inclinação admissível em cada segmento de rampa $i$ %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa $h$ m	Número máximo de segmentos de rampa
5,00 (1:20)	1,50	Sem limite
$5,00 (1:20) < i \leq 6,25 (1:16)$	1,00	Sem limite
$6,25 (1:16) < i \leq 8,33 (1:12)$	0,80	15

Fonte: NBR 9050 (2004).

## 8.2 NBR 9077 – SAÍDA DE EMERGÊNCIA EM EDIFÍCIOS

Visando assegurar a segurança do usuário em caso de incêndios, foi realizada uma análise a norma de saídas de emergência em edifícios (NBR 9077). Esta Norma aborda as exigências necessárias para que todos as pessoas que se encontrem dentro da edificação possam abandoná-la em caso de incêndio. Também visa garantir fácil acesso de auxílio externo para o combate ao fogo e retirada das pessoas (NBR, 2001).

De acordo com a classificação dos ambientes (Tabela 2), a norma traz diretrizes para o dimensionamento de saídas. Este leva em conta a população estimada para a edificação, sendo para E-1 considerada uma pessoa para cada 1,50m<sup>2</sup> de área; para F-1 uma pessoa a cada 3m<sup>2</sup> de área e para G-1, uma pessoa a cada 40 vagas de veículo.

**Tabela 2 – Desníveis e inclinação admissível.**

Classificação		
Ocupação	<b>E-1</b>	Escolas de arte e artesanatos, língua, de cultura geral, de cultura estrangeira
	<b>F-1</b>	Lugares onde há objetos de valor inestimável (museus, galerias de arte, arquivos, bibliotecas e assemelhados)
	<b>G-1</b>	Garagens com acesso ao público e sem abastecimento (automáticas)

Fonte: Autor, conforme NBR 9050 (2004).



Como diretrizes para o dimensionamento de saídas, a Norma traz os dados dispostos na Tabela 3.

**Tabela 3 – Desníveis e inclinação admissível.**

	<b>Acessos e descargas</b>	<b>Escadas e rampas</b>	<b>Portas</b>
<b>E-1</b>	100	60	100
<b>F-1</b>	100	75	100
<b>G-1</b>	100	60	100

Fonte: Autor, conforme NBR 9050 (2004).

Quanto a classificação da edificação, prevê-se que a edificação provavelmente classifique-se dentro do descrito no Código Y – Edificações com mediana resistência ao fogo.

**Figura 82 – Classificação da edificação quanto às características construtivas**

Código	Tipo	Especificação	Exemplos
X	Edificações em que a propagação do fogo é fácil	Edificações com estrutura e entrepisos combustíveis	Prédios estruturados em madeira, prédios com entrepisos de ferro e madeira, pavilhões em arcos de madeira laminada e outros
Y	Edificações com mediana resistência ao fogo	Edificações com estrutura resistente ao fogo, mas com fácil propagação de fogo entre os pavimentos	Edificações com paredes-cortinas de vidro ("cristaleiras"); edificações com janelas sem peitoris (distância entre vergas e peitoris das aberturas do andar seguinte menor que 1,00 m); lojas com galerias elevadas e vãos abertos e outros
Z	Edificações em que a propagação do fogo é difícil	Prédios com estrutura resistente ao fogo e isolamento entre pavimentos	Prédios com concreto armado calculado para resistir ao fogo, com divisórias incombustíveis, sem divisórias leves, com parapeitos de alvenaria sob as janelas ou com abas prolongando os entrepisos e outros

Nota: Os prédios devem, preferencialmente, ser sempre projetados e executados dentro do tipo "Z".

Fonte: Autor, conforme NBR 9050 (2004).

Considerando edificações do tipo Y, a Norma traz como recomendação de distância máxima a percorrer na rota de fuga:

- Sem chuveiros automáticos: 20m considerando saída única, 30m considerando mais de uma saída;
- Com chuveiros automáticos: 35m considerando saída única, 45m considerando mais de uma saída.

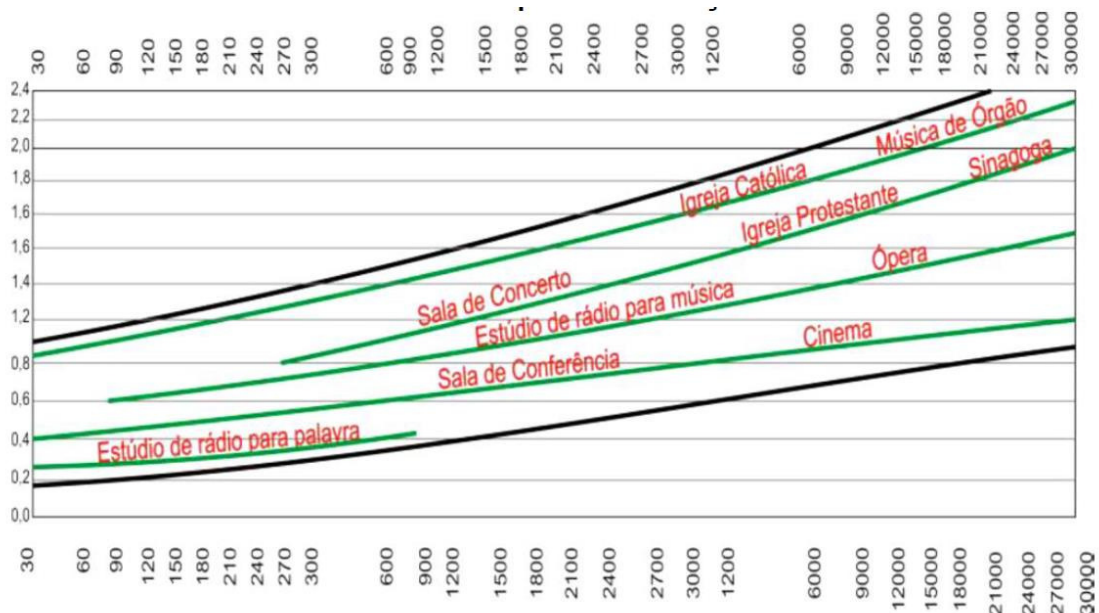
### 8.3 NBR 12179 – TRATAMENTO ACÚSTICO EM RECINTOS FECHADOS

Esta norma trata do necessário tratamento acústico para os ambientes fechados. Será empregada visando alcançar o Tempo de Reverberação (TR) ideal para as oficinas, para o auditório e para o café.

O Tempo de Reverberação (TR) poderá ser verificado através da fórmula de Sabine ( $TR = 0,1608 \times V / \text{absorção total}$ ), que considera o volume cúbico do recinto e os materiais de revestimento interno.

O TR ótimo pode ser encontrado na Figura 83, disponível na NBR 12179.

**Figura 83 – Relação entre volume do recinto e Tempo de Reverberação indicado para diferentes tipos de execução.**



Fonte: NBR 12179 (1992).

### 8.4 RECOMENDAÇÃO CONARQ PARA A CONSTRUÇÃO DE ARQUIVOS

Não há, ainda, norma regulamentadora para construção e funcionamento de arquivos. No entanto, há um documento de recomendações bastante completo publicado pelo CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos, como o Recomendações para Construção de Arquivos (CONARQ, 2000), que leva em considerações normativas internacionais. As informações dispostas nesta recomendação serão analisadas a seguir.

Os arquivos devem, necessariamente, dispor de três áreas distintas: “área reservada ao trabalho técnico e aos depósitos, totalmente vedada ao público; área administrativa, parcialmente vedada ao público e área pública” (CONARQ, 2000).

Não é recomendada a construção de arquivos em subsolos, devido às condições de umidade que geralmente apresentam. Esta situação geraria inúmeros riscos relacionados a infiltrações e infestações de térmitas, além de elevados custos com desumidificação. Como prevenção contra as térmitas recomenda-se também fazer uma barreira química subterrânea ao redor do prédio.

O depósito devem estar separado do restante do prédio por paredes, pisos e portas especiais, tendo uma área máxima de 200m<sup>2</sup>. Não é recomendado que este ambiente tenha tubulações de água ou de outros líquidos. O pé direito não deve exceder o mínimo indicado pela legislação local, uma vez que o volume cúbico da sala aumenta os custos com climatização e mesmo a possibilidade do alastramento de incêndios.

Quanto as aberturas, as fachadas com maior número devem ficar posicionadas para o lado de menor insolação. Recomenda-se o máximo de 20% de aberturas nas paredes do arquivo. São desaconselhadas extensas superfícies externas de vidro, pois não proporcionam proteção das variações climáticas externas. Onde não há climatização, as aberturas devem proporcionar ventilação, sendo dotadas de proteção contra a entrada de insetos usando telas de trama pequena.

Quanto as paredes, recomenda-se paredes externas devem ser espessas para retardar a passagem do calor. A parte interna deve apresentar revestimentos de cores claras para facilitar a limpeza e conservação. Devem ser isentos de formaldeídos e outros químicos poluentes e apresentar resistência contra fogo. A dimensão das aberturas de acesso aos espaços relativos ao arquivo deve ser de 1,40m, garantindo a passagem de equipamentos quando necessário.

As fachadas devem ser tratadas com substâncias repelentes à água e de preferência, apresentarem com cores claras de propriedade reflexiva. Nos pisos recomenda-se revestimentos laváveis, do tipo industrial ou cerâmico para prevenir o acúmulo de poeira. O uso de madeira não é recomendado, mas quando indispensável deverá receber tratamento preventivo contra insetos e fogo. As fundações devem ser projetadas de forma a evitar a absorção de umidade por capilaridade. A cobertura recomendada é inclinada para regiões com alto índice pluviométrico, sendo a impermeabilização extremamente importante.

Todo o mobiliário metálico deve ser fabricado com chapas de aço carbono fosfatizado, com pintura eletrostática. As estantes devem ser instaladas em fileiras geminadas com pelo menos 2,20 m de altura. As prateleiras não devem ultrapassar 1,00 m e 0,40 m de profundidade. Evita-se painéis cegos entre elas, de modo a assegurar uma boa circulação de ar.

Os corredores entre as estanterias devem ter no mínimo 0,70 m de largura e as passagens em ângulos, 1m de largura. As estantes devem ficar afastadas das paredes no mínimo em 0,30 m, sendo o ideal 0,70 m para possibilitar inspeções periódicas de infestações. A última prateleira deve ter um afastamento mínimo de 0,10 m do piso e o vão livre, acima da estante, ser de no mínimo 0,30 m. As prateleiras devem estar perpendiculares às janelas, de forma a também evitar a incidência direta das radiações sobre os materiais.

Devido ao peso das estantes com carga completa, os andares de depósito devem ser capazes de resistir às seguintes cargas: 1.000 kg/m<sup>2</sup> para a instalação de estantes metálicas fixas de 2,20 metros de altura; 2.000 kg/m<sup>2</sup> para estantes móveis, compactas e 800 kg/m<sup>2</sup> para estantes de bibliotecas.

As condições adequadas de temperatura e de umidade relativa do ar são elementos vitais na conservação dos arquivos. Níveis de umidade relativa (UR) muito baixos aumentam o risco de quebra das fibras e esfarelamento dos materiais orgânicos fibrosos, enquanto níveis de UR acima de 65% facilitam crescimento de microorganismos e de reações químicas danosas. A faixa segura de umidade relativa é entre 45% e 55%, com variação diária de +/- 5%.

A temperatura deve também estar relacionada com a umidade relativa. A temperatura ideal para documentos é 20º C, com variação diária de +/-1º C. A estabilidade da temperatura e da UR é especialmente importante, e as mudanças bruscas ou constantes são muito danosas. O sistema de ar condicionado ideal é aquele que controla a temperatura, a umidade e filtra os agentes poluentes antes de insuflar o ar no ambiente interno. Ele deve ficar em funcionamento durante as 24 horas do dia.

Quanto aos níveis de iluminação adequados, recomenda-se para as áreas de trabalho e de leitura são em torno de 800 lux. Nos corredores, vestíbulos e depósitos a intensidade pode ser reduzida para 500 ou 450 lux. O limite padrão de radiação

ultravioleta (UV) para fins de preservação é de 75  $\mu\text{w/l}$ . Qualquer fonte de luz com emissões superiores de UV deve ser filtrada.

Tomadas de energia elétrica devem ser instaladas a cada quatro ou seis metros, permitindo o uso de aspiradores de pó e outros equipamentos. A instalação será feita a um metro do chão, contando com proteção.

Os cabos elétricos devem ser instalados em dutos preferencialmente aparentes. Os quadros gerais devem igualmente estar localizados em locais visíveis e de fácil acesso à entrada dos depósitos.

## CONCLUSÃO

Através da pesquisa empreendida e das conseqüentes análises, pode-se verificar que o momento atual é de transformações no campo do patrimônio cultural, bem como, há um recente movimento de valoração dos acervos de plantas arquitetônicas e de seu potencial para o entendimento da trajetória da arquitetura brasileira. Também percebeu-se a importância da sociedade como agente transformador no sentido de valorização do patrimônio, embasando a necessidade de espaços especializados para concentração, estudo e difusão de informações que possam servir tanto para a comunidade local quanto para o turista.

Verificou-se, também, a importância do acervo regional em termos de construções históricas, através do entendimento da ocupação e formação territorial dos municípios da região e, em especial, o papel do Centro Histórico de Hamburgo Velho como espaço de memória e como um dos poucos centros históricos urbanos da imigração alemã no Sul do Brasil. Analisou-se o acervo municipal de plantas arquitetônicas de Novo Hamburgo e sua importância para o estudo da trajetória da arquitetura e de toda sociedade na região.

Analisou-se, também, um pouco da produção teórica existente a respeito da intervenção em ruínas, tema ainda polêmico e pelo mesmo motivo desafiador, entendendo a sutileza necessária para a conservação destes bens patrimoniais e para a construção de edificações contemporâneas contíguas. Também verificou-se de perto a trajetória história das ruínas patrimoniais existentes no lote pretendido, para conhecer o material em que se pretende intervir; e também o regime urbanístico e atual situação do entorno do local.

Analisou-se três projetos de referência em que as relações entre a construção contemporânea e a pré-existência histórica foram consideradas bastante adequadas, e ainda, cujos programas versam uma ressignificação e a potencialização de espaços históricos voltando-os para a cultura e contemplando o turismo, sem excluir a comunidade local do processo. Formulou-se, por fim, o pré-dimensionamento e diretrizes para o projeto arquitetônico, considerando o cumprimento das funções antes explicitadas, viabilizando a realização do projeto arquitetônico adequado para a implantação do Centro de Interpretação do Patrimônio Cultural do Vale do Sinos.

## REFERÊNCIAS

3C Arquitetura. **020\_BPF**. Disponível em: <[http://www.3c.arq.br/020\\_bpf/](http://www.3c.arq.br/020_bpf/)> Acesso em: 18 de nov. 2014.

ALMEIDA, João Pedro Brito Mendes. **Projeções da Memória no Futuro: Um novo papel para as ruínas**. Dissertação [Mestrado Integrado em Arquitetura] – Universidade Lusófona do Porto, 2009.

AMVRS – Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos. **Site institucional**. Disponível em: <<http://ww2.famurs.com.br/amvrs/>> Acesso em: 05 de nov. 2014.

BRANDI, Cesari. **Teoria da Restauração**. Cotia, SP: Atelie Editorial, 2002.

BRASIL ARQUITETURA. **Centro de Interpretação do Pampa**. Disponível em: <<http://www.brasilarquitetura.com/projetos.php?mn=7&img=002&bg=dwg&mn2=14>> Acesso em: 05 de nov. 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

SEDRUOP-RS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano e Obras Públicas. **Carta Histórico Geográfica do Município de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo, 1987.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Arquitetura e Documentação: Novas Perspectivas para a História da Arquitetura, Instrumentos**. Belo Horizonte: IEDS, 2011.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1999

COELHO, Mario Cesar. **Ruínas Urbanas** in Esboços – Revista do Programa de Pós Graduação em História da UFSC. Volume 4. Florianópolis: Editora UFSC, 1996

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos. **Recomendações para Construção de Arquivos**. Rio de Janeiro: Conarq, 2000. Disponível em: <[www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes\\_para\\_construo\\_de\\_arquivos.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf)> Acesso em: 18 de nov. 2014.

COPSTEIN, Rafael. **A Evolução Urbana de Campo Bom** in Organon – Revista da Faculdade de Filosofia, PP.05-48. Porto Alegre: UFRGS, 1965.

FERNANDES, Antonio Sérgio Araujo. Lei Municipal de Tombamento – Proteção do Patrimônio Cultural de Dois Irmãos (RS). **Dois Irmãos**, 2004. Disponível em: <<http://www.arquivodeblumenau.com.br>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

FCB – Fundação Cultural de Blumenau. **Arquivo Histórico de Blumenau**. Disponível em: <<http://earth.google.com.br/index.html>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

FLECK, Lucio. **A História de Sapiranga**. Campo Bom: 1994, Editora Pallotti.

GERTZ, René. **O Aviador e o Carroceiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GOMES, Marco Aurélio de Filgueras. **Histórias da Cidade e do Urbanismo: algumas reflexões sobre a questão da documentação Horizonte** in CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Arquitetura e Documentação: Novas Perspectivas para a História da Arquitetura, Instrumentos**. Belo Horizonte: IEDS, 2011.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. **Patrimônio documental e preservação da memória arquitetônica e urbana no Arquivo público da Cidade de Belo Horizonte** in CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Arquitetura e Documentação: Novas Perspectivas para a História da Arquitetura, Instrumentos**. Belo Horizonte: IEDS, 2011.

GOOGLE EARTH. **Novo Hamburgo**. Imagem satélite, color. Escala indeterminada. Disponível em: <<http://earth.google.com.br/index.html>>. Acesso em: 24 set. 2014.

HUNSCHE, Carlos H. **O Biênio 1824/25 na Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/DAC/SEC, 1975

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **CARTA de Burra**. Austrália, 1980. Disponível em: <[http://www.international.icomos.org/burra1999\\_spa.pdf](http://www.international.icomos.org/burra1999_spa.pdf)> Acesso em: 03 out. 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário da Arquitetura Rural em Municípios das Áreas de Imigração no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 2010.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. **Modelos Portugueses e Arquitetura Brasileira**. Campinas: S.N., 2001



MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Fazenda Leão: História da Ocupação de uma Fronteira no Rio Grande de São Pedro**. Dissertação [Mestrado em História] – Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, 1997.

MEIRA, Ana Lúcia. **O Passado no Futuro da Cidade: Políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Estudos de Direito do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza e RODRIGUES, José Eduardo Ramos. **Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural** in Mestres e Conselheiros – Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MICELI, Enilda da Silva. **Projeto de Restauração e Conservação do Chateau D'Eau**. Cadernos técnicos. Cachoeira do Sul, 2014.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **O Vale do Sinos Era Assim**. São Leopoldo: Rotermund, 1978.

MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz Rezende. **Inventário de Identificação: Um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NEUFERT, Ernst. **Arte de projetar em arquitetura**. São Paulo: Gustavo Gili do Brasil, 2001.

OLIVEIRA, Suzana Vielitz de. **Os Planos Diretores e as Ações de Preservação do Patrimônio Edificado de Novo Hamburgo**. Dissertação [Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional] – PROPUR-UFRGS, 2009.

PETRY, Leopoldo. **O Município de Novo Hamburgo – Monografia**. Porto Alegre: A Nação, 1944.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf (org). **Levantamento e Apreciação da Problemática de São Leopoldo no período de 1824-1889**. Estudos Leopoldenses, São Leopoldo, n. 28 , 1974.

PMCB – Prefeitura Municipal de Campo Bom. **Documentário Cultural Campo Bom** – O Pequeno Gigante do Vale. Campo Bom: Editora Pallotti, 1997.

PMNH - Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. **Lei N° 1.216/2004**: Plano Diretor Urbanístico Ambiental - PDUA. Novo Hamburgo. 2004.

PMSL - Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. **Lei N° 7.7778/2012**. São Leopoldo. 2012.

ROCHA, A.P. Acompanhamento Continuado. **Revista Técnica**, São Paulo, n. 185, p. 18-21, ago. 2012.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora do Globo, 1969.

RUSKIN, John. **Las Siete lámparas de la arquitectura**. Espanha, Alta Fulla, 2000.

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHNEIDER, Cristina Seubert. **História e Memória: Inventário de Bens Edificados do Município de Presidente Lucena**. Presidente Lucena: Genius Artes, 2014.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2ªEd. São Paulo: Ediusp, 1999

SELBACH, Jeferson. **Pegadas urbanas: Novo Hamburgo como palco do flâneur**. Cachoeira do Sul: Edição do autor, 2006.

SELBACH, Jeferson. **Cumplicidade e traição: a Novo Hamburgo dos anos 40 e 50 na pena do cronista Ercílio Rosa**. São Luís: EDUFMA, 2009.

TRAMONTINI Marcos Justo. **A organização Social dos Imigrantes**. A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

UNESCO. **Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural**. Conferência Geral da Unesco, 17ª seção. Paris. 1972.

WEIMER, Gunter. **Origem e Evolução das Cidades Rio-Grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

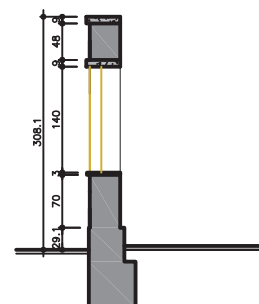
WEIMER, Gunter. **Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura Popular da Imigração Alemã**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

WILSON, Henry L. **The Bungalow Book**. Chicago: Henry L. Wilson, 1910.

**ANEXO I – Levantamento Cadastral da Pré-Existência no Lote**

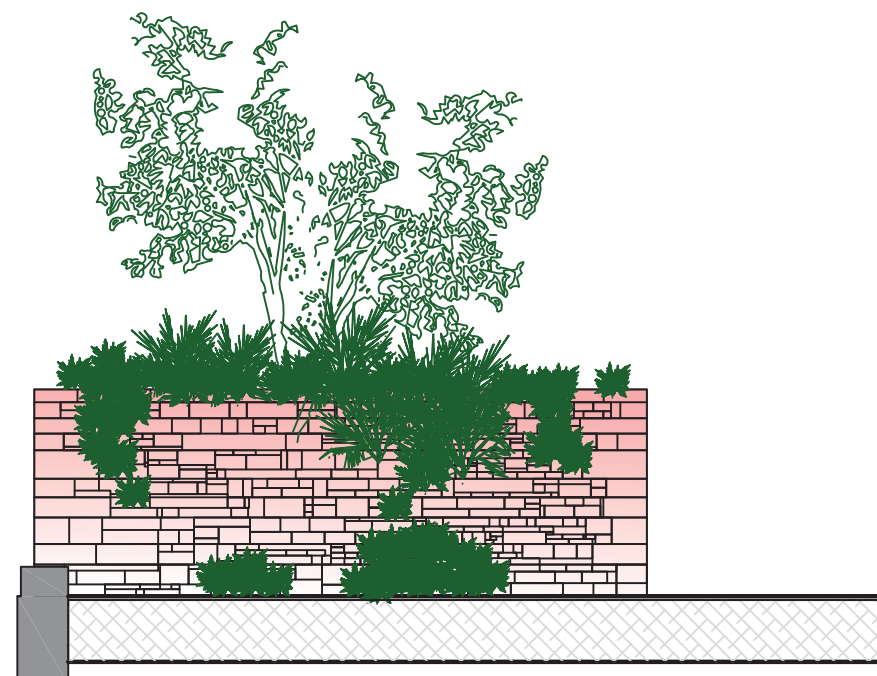
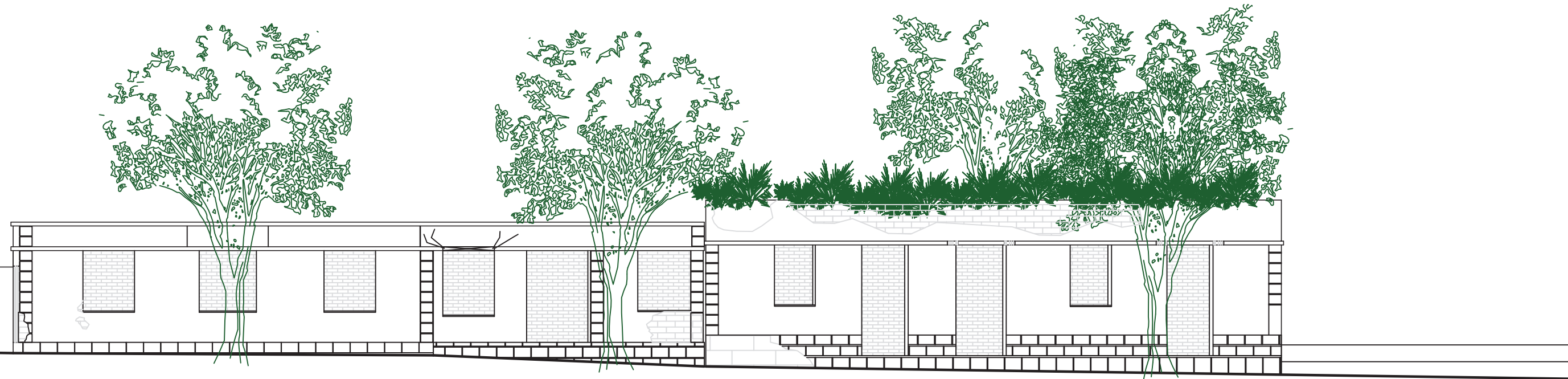
**Anexo 1**  
**Levantamento Cadastral**  
 Ruínas das casas Müller e Kroeff  
 esc.: 1:100



Corte genérico



Fachada leste



Fachada norte



Planta baixa

